ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 05-12-2016.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alberto Kopittke, Bernardino Vendruscolo, Clàudio Janta, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mario Manfro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Rodrigo Maroni, Valter Nagelstein e Waldir Canal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 246/16 (Processo nº 2505/16), de autoria de Idenir Cecchim; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 243/16 (Processo 2463/16), de autoria de Paulinho Motorista. Também, foi apregoado o Memorando n° 007/16, de autoria de Alberto Kopittke, comunicando seu retorno, no dia cinco de dezembro do corrente, ao exercício do mandato. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Alberto Kopittke, em tempo cedido por Prof. Alex Fraga. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/15, os Projetos de Lei do Legislativo nº 112, 211, 225, 227, 228, 235, 239, 249, 251 e 253/16, e os Projetos de Resolução nº 041 e 058/16. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Clàudio Janta, João Carlos Nedel, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Engº Comassetto e Reginaldo Pujol. Na ocasião, foi realizado um minuto de silêncio, por solicitação de João Carlos Nedel, em homenagem póstuma a Jorge Goulart. Às quinze horas e vinte e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Delegado Cleiton, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. A seguir, Mauro Zacher e Sofia Cavedon formularam Requerimentos verbais solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 044/15 (Processo nº 2877/15), por vinte e cinco votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Guilherme Socias Villela, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alberto Kopittke, Bernardino Vendruscolo, Clàudio Janta, Delegado Cleiton, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, José

Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Fernanda Melchionna, Lourdes Sprenger e Prof. Alex Fraga. Em prosseguimento, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16 (Processo nº 2269/16): de autoria de Lourdes Sprenger, com referência às Emendas nºs 65, 66, 67 e 68; de autoria de Reginaldo Pujol, com referência às Emendas nºs 102 e 103; de autoria de Tarciso Flecha Negra, com referência às Emendas nºs 56, 57, 58 e 59; de autoria de Engº Comassetto, com referência às Emendas nºs 22, 23, 24, 25, 26, 53 e 54; de autoria de Prof. Alex Fraga, com referência às Emendas nºs 40, 41, 42, 70, 72, 74, 76 e 78; de autoria de Sofia Cavedon, com referência às Emendas nºs 03, 04, 10, 11, 12, 105, 106, 107 e 109; de autoria de Delegado Cleiton, com referência às Emendas nºs 31, 32 e 35; de autoria de Márcio Bins Ely, com referência às Emendas nºs 16 e 20; e de autoria de Clàudio Janta, com referência às Emendas nºs 43, 45, 46, 49 e 50. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Alberto Kopittke, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia seis ao dia trinta e um de dezembro do corrente. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada do pedido de votação em destaque das Emendas nºs 56, 57 e 58 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 025/16 (Processo nº 2269/16), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Valter Nagelstein, Airto Ferronato, Sofia Cavedon, esta duas vezes, Valter Nagelstein, Engº Comassetto, Jussara Cony, Fernanda Melchionna e Reginaldo Pujol, este duas vezes. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, Alberto Kopittke, Lourdes Sprenger e Paulo Brum cederam seus tempos de discussão para Sofia Cavedon, Valter Nagelstein e Reginaldo Pujol, respectivamente. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e seis minutos às dezessete horas e dezenove minutos. Em prosseguimento, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Cassio Trogildo e Sofia Cavedon, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16. Foram votadas destacada e conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 03, 04, 10, 11, 12, 16, 20, 23, 41, 45, 54, 59, 65, 76 e 103 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, após serem encaminhadas à votação por Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Foram votadas destacada e conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 24, 25, 26, 40, 42, 43, 46, 49, 50, 66, 67, 68, 70, 72, 74 e 78 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, após serem encaminhadas à votação por Fernanda Melchionna. Foram votadas destacada e conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 105, 106 e 107 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por dezesseis votos SIM e dez votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Clàudio Janta e Airto Ferronato, em votação nominal solicitada por Sofia Cavedon, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alberto Kopittke, Bernardino Vendruscolo, Clàudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Thiago, Engº

Comassetto, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Elizandro Sabino, Guilherme Socias Villela, José Freitas, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 22 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por nove votos SIM, dez votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, após ser encaminhada à votação por Engº Comassetto e Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Engº Comassetto, tendo votado Sim Alberto Kopittke, Bernardino Vendruscolo, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon, votado Não Airto Ferronato, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro e Tarciso Flecha Negra e optado pela Abstenção Clàudio Janta e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 31 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por vinte votos SIM, três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Alberto Kopittke, Bernardino Vendruscolo, Delegado Cleiton, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Jussara Cony, Kevin Krieger, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein, votado Não Airto Ferronato, João Carlos Nedel e Mauro Zacher e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foi votada destacadamente e aprovada e Emenda nº 32 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 35 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por dezesseis votos SIM, seis votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Zacher, tendo votado Sim Bernardino Vendruscolo, Clàudio Janta, Delegado Cleiton, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Jussara Cony, Kevin Krieger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein, votado Não Airto Ferronato, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Zacher e Mendes Ribeiro e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 53 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por sete votos SIM, treze votos NÃO e quatro ABSTENÇÕES, após ser encaminhada à votação por Engº Comassetto e Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Bernardino Vendruscolo, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon, votado Não Airto Ferronato, Clàudio Janta, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Delegado Cleiton, Lourdes Sprenger, Paulinho Motorista e Tarciso Flecha Negra. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 102 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por treze votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Zacher, tendo votado Sim Bernardino

Vendruscolo, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Airto Ferronato, Clàudio Janta, Delegado Cleiton, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely e Paulinho Motorista. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 109 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 025/16, por onze votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon e Airto Ferronato, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e votado Não Clàudio Janta, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente Sessão, nos termos regimentais. Foram votados conjuntamente e aprovados o Projeto de Lei do Executivo nº 025/16 e as Emendas nºs 05, 06, 07, 08, esta com Subemenda nº 01, 09, 13, esta com Subemenda nº 01, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 27, esta com Subemenda nº 01, 28, 29, esta com Subemenda nº 01, 30, esta com Subemenda nº 01, 33, 34, 36, esta com Subemenda nº 01, 37, esta com Subemenda nº 01, 38, esta com Subemenda nº 01, 39, esta com Subemenda nº 01, 44, 47, esta com Subemenda nº 01, 48, 51, 52, 55, 60, esta com Subemenda nº 01, 61, esta com Subemenda nº 01, 62, 63, esta com Subemenda nº 01, 64, esta com Subemenda nº 01, 69, esta com Subemenda nº 01, 71, 73, 75, esta com Subemenda nº 01, 77, esta com Subemenda nº 01, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 104, 108, esta com Subemenda nº 01, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118 e 119 apostas, com parecer da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL pela aprovação e não destacadas, por vinte e quatro votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Clàudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e votado Não Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga. Em votação, esteve a Indicação nº 050/16 (Processo nº 2616/16), a qual, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon e Idenir Cecchim, teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a sessão, Reginaldo Pujol, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna e Idenir Cecchim manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezenove horas e dez minutos, contatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Dr. Thiago, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Memorando nº 007/16, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, informando seu retorno hoje, 5 de dezembro de 2016, às suas atividades Parlamentares.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde; Sr. Presidente, Ver. Cassio; minha querida bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Adeli, Ver.ª Sofia, Ver. Comassetto, Ver. Sgarbossa. Agradeço ao Ver. Alex Fraga, Vereador do PSOL, que me cede o seu tempo em Grande Expediente; saúdo também a Ver.ª Fernanda Melchionna e todos os colegas. É uma grande alegria estar de volta no dia de hoje, Ver. Paulinho Motorista, exatamente para poder fazer uma prestação de contas dos seis meses que completei à frente da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Canoas. Gostaria de compartilhar com os colegas e com a comunidade essa experiência que tivemos, ao longo de oito anos, um esforço do Município de Canoas, durante a gestão do Prefeito Jairo Jorge, na área da segurança pública, com medidas para prevenir a violência. Faço isso, Ver. Adeli – o senhor que também ocupa esta Casa e assim seguirá –, com o objetivo de ajudar nossa Cidade neste momento em que enfrenta a pior crise de segurança da sua história. Faço isso de forma suprapartidária, com o objetivo de contribuir com uma visão, com ideias que funcionaram concretamente, não com teoria, embora a teoria ajude, mas com ações concretas que foram feitas ao longo desses oito anos e com resultados que passo a mostrar a partir de agora**.**

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Nós trabalhamos superando uma visão antiga, inadequada, que separa repressão e prevenção. Nós trabalhamos essas duas visões de forma integrada, Ver.ª Sofia, trabalhando junto com as polícias, com as áreas de fiscalização do Município, com todas as áreas das políticas sociais: saúde, educação, segurança, assistência, cultura, esporte. Todas integradas para disputar cada jovem do território da Cidade, nessa nova concepção de segurança pública, onde o Município passa a ter um papel central, não mais colocando apenas a responsabilidade no Governo do Estado ou no Governo Federal, mas, sim, assumindo as suas tarefas, desde o início da gestão do Prefeito Jairo, numa atitude corajosa, montando uma equipe técnica, com quadro político, com experiência técnica e com a verdadeira priorização que o tema merece nos dias de hoje.

Todos sabem que nosso Estado vive essa terrível crise, com o aumento de 60% dos homicídios, nos últimos dez anos, situação que se agrava a cada ano. Canoas também vivia essa realidade: entre 2004 e 2009, nós tivemos um aumento de mais de 90% dos homicídios na cidade, também essa onda chegando na cidade antes de nós começarmos o trabalho que nós fizemos. Se nada houvesse sido feito na cidade de Canoas, se ela tivesse seguido a trajetória de violência que Porto Alegre seguiu, nós teríamos tido, no ano passado, mais de 340 homicídios ao longo do ano, e tivemos 120. Nós trabalhamos em quatro eixos: integração, inteligência e tecnologia, prevenção e ordem pública. Vou apresentar, rapidamente, as ações que fizemos nesses quatro eixos.

Um gabinete de gestão integrado com força, com a presença, quase em todas as reuniões, do Prefeito ou da Vice-Prefeita, com todos os comandos das polícias, os chefes da fiscalização, os secretários municipais, para, a cada 15 dias, planejar as ações para os territórios, para os temas que a cidade apresentava. Um gabinete muito importante, um espaço de construção conjunta de estratégias. Eu faço questão de deixar um agradecimento ao 15º Batalhão da Brigada Militar, no nome do Cel. Amorim e do Major Araújo, que hoje comandam. Também deixo aqui registrado o nosso agradecimento aos seis comandantes que lá estiveram ao longo desses oito anos, a toda a tropa do 15, assim como à 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil, na figura do Delegado Cristiano Alvarez. Um trabalho conjunto, integrado: Polícia Civil, Brigada Militar, Susepe, IGP e todas as Secretarias do Município, num espaço que teve 93 reuniões ao longo de oito anos.

Para subsidiar essas reuniões do GGIM, para que elas não fossem meramente pautadas pela tragédia do dia anterior, nós traçamos um método que foi levado à frente pelo Observatório Municipal de Segurança Pública, um espaço técnico que a Prefeitura constituiu e que analisa diariamente a evolução da criminalidade no Município e as tendências. Verifica onde a situação está pior, o que é que houve de diferente dia após dia e entrega, uma vez por mês, um relatório aos comandos das polícias e à Prefeitura, para que possam fazer as ações certas no local certo, no dia certo e na hora certa.

Junto com isso, um Centro Integrado de Comando e Controle que nós criamos e que não é para o trânsito, como nós temos em outras cidades. Lá o Centro Integrado funciona prioritariamente para a segurança pública. Nós temos hoje 186 câmeras de vídeo-monitoramento funcionando efetivamente, e nós criamos uma inovação: são 40 grupos de WhatsApp que funcionam nas comunidades, de grupos de bairros, com o acompanhamento do Centro Integrado de Comando e Controle, e qualquer ocorrência nesses bairros, imediatamente a sala verifica com as câmeras. E temos ali também contratados 45 brigadianos aposentados, que trabalham como operadores das câmeras de vigilância 24 horas por dia. Também tivemos várias outras tecnologias, como o sistema de detecção de tiros, que funcionou na cidade durante cinco anos, que também foi uma ferramenta muito importante e que ajudou a salvar 55 pessoas baleadas, ao vivo, no próprio território e que foram localizadas graças ao detector, e 22 pessoas foram presas em flagrante graças a essas tecnologias. São tecnologias que ajudam, que auxiliam, se bem usadas, as nossas polícias, no dia a dia,

no trabalho de repressão ao crime. E junto com o GGIM, com o CICC, o nosso Centro de Monitoramento, nasceram também iniciativas de fortalecimento da ordem pública, um tema nem sempre tratado de forma adequada, mas que é preciso ser enfrentado pelas cidades: a perturbação do sossego na sexta-feira à noite, no sábado à noite, que tanto atordoa os bairros, as comunidades. Nós traçamos uma estratégia de fortalecimento da capacidade de fiscalização do Município, trabalhando todas as Secretarias junto com a Guarda e com a Brigada, num plantão, toda sexta-feira e sábado, ao longo desses anos todos, fiscalizando bares, boates, festas com menores – muitos e muitos menores consumindo bebida alcoólica. Nós tivemos 108 edições desse plantão integrado de fiscalização, 508 locais vistoriados, 117 locais interditados, 25 conduções à Polícia Civil, 44 termos circunstanciados da Brigada – um trabalho conjunto de organização da cidade, porque é nas madrugadas de sexta-feira e sábado que os nossos índices de homicídios explodem, e é ali que o Município tem que estar presente. O Município não pode fechar as portas na sexta-feira às 18h; é a partir das 18h de sexta-feira que a Cidade tem que entrar em ação contra a violência. O plantão integrado saía com mais de 15, 20 viaturas, para passar toda a madrugada visitando os bairros da Cidade.

A prevenção foi uma parte muito especial, onde nós atuamos de forma conjunta, como eu mostrei, com a área de repressão, mas com programas inovadores de prevenção, que eu gostaria de mostrar aos senhores agora: num primeiro momento, através do Território da Paz, implantado no Guajuviras, a região mais violenta da Cidade, chamada Bagdá do Rio Grande do Sul, onde nós estruturamos, junto com o Pronasci, um programa do Governo Federal, uma estratégia de intervenção nesse bairro. Talvez algo que Porto Alegre pudesse pensar também, esse tipo de modalidade de intervenção já usada em muitas outras cidades do mundo e com resultado muito positivo. Nós temos que entrar com intervenção policial, é verdade, mas não adianta a polícia entrar, Ver. Cecchim, no território, fazer as prisões que têm que fazer, e o bairro continuar com a mesma realidade que tem. Nós precisamos encadear um conjunto de ações nesse território para que a ação da polícia tenha eficácia ao longo do tempo para efetivamente reduzir a violência.

O Território da Paz começou com a Operação Cova Rasa, uma operação integrada – Ministério Público, Brigada Militar, Polícia Civil –, para identificar os autores de homicídios no bairro. Quem mandava matar e quem cometia as execuções. Nós mapeamos – não foi apenas um grupo – todos os mandantes de crime de homicídio no bairro. Esta sempre foi a grande prioridade do nosso trabalho conjunto: reprimir os homicídios, porque através do homicídio é que se coloca o poder no território. E aqui, muitas vezes tratado com impunidade, porque os homicídios não têm o devido processo, mas os crimes de tráfico de droga, a venda da droga tem. Nós procuramos e identificamos 42 pessoas, mais da metade está presa, inclusive, até hoje, como mandante de homicídios, e, logo em seguida, depois da Operação Cova Rasa, nós iniciamos os projetos sociais no bairro.

Na sequência, nós fizemos mais uma operação da Polícia Civil e da Brigada Militar, entramos com um novo efetivo da Brigada que a cidade recebeu, e aí entramos com as câmeras de monitoramento, o detector de tiros, reforma urbanística,

reestruturação urbana completa daquele território, um conjunto de ações. A Casa das Juventudes que trabalhou, naquele bairro, com mais de 800 jovens em situação de risco, recebendo bolsa, inclusive, da Prefeitura, junto com o Pronasci, para fazer trabalhos culturais, de aprendizado na área de computadores, na iniciação ao trabalho, renda, mas principalmente a cultura, a música, parecem ser as ferramentas que mais potencial têm, junto com o grafite, com outras artes, para realmente recriar uma conexão com esses jovens envolvidos em situação de violência.

Mulheres da Paz: é um programa famoso, com atuação de 184 mulheres ao longo desse período, procurando esses jovens, ajudando a "amarrar" esses jovens e a mobilizar o bairro. Núcleo de Justiça Comunitária - NJC, para mediar os conflitos naquele bairro, pequenos conflitos, conflitos de vizinhança, entre marido e mulher, para diminuir as tensões e a transformação dos mesmos em violência. Mais de 13.600 atendimentos no território através dos Núcleos de Justiça Comunitária. E a Agência da Boa Notícia, que é um projeto muito premiado, através do qual capacitamos jovens do próprio bairro para criarem uma agência da boa notícia sobre o seu bairro. Só aparece notícia ruim, muitas vezes, sobre os bairros de periferia, parecendo que só tem violência, crime, mas, não, lá tem uma vida maravilhosa e cultural - os próprios jovens foram despertados para mostrar esses projetos. Como eu falei, as intervenções em mais de 12 pequenos locais onde se largava lixo, nós transformamos em praças de convivência. Também construímos quatro grandes parques para a juventude: dois no território e outros dois em territórios vulneráveis, espaços para a juventude poder conviver, praticar esporte, atuar e usufruir o espaço público do seu próprio território. E aqui está o resultado que tivemos ao longo desse período – estou mostrando as notícias boas e as notícias ruins. Nesse trabalho com a segurança pública nem sempre as notícias são boas, mas, ao longo de quatro anos, reduzimos em 70% os homicídios no Território da Paz.

Na sequência, a reestruturação da Guarda Municipal, e a segunda geração de prevenção, um sistema que começou com a política municipal de prevenção à violência, um programa inovador chamado Cada Jovem Conta!, as novas casas da juventude, a casa da cidadania, um sistema que o Município criou para disputar cada jovem da Cidade. Nós não achamos que podemos comemorar a perda de um jovem dizendo: "Menos um". Nós criamos um sistema em que disputamos, mapeamos e criamos vínculos com cada um dos jovens dos territórios da cidade. Eu não poderei apresentar todos, deixarei essa apresentação à disposição dos colegas. Mapeamento da violência escolar, escola a escola, *on-line*, junto com as diretoras; número de violência na escola reduzindo, acompanhamento; o programa Cada Jovem Conta!, em cada território, articulando as equipes de saúde da família; o CRAS; as diretoras das escolas, a Guarda Municipal, para identificar esses jovens e recuperar os seus vínculos. Vamos passar toda essa parte das casas da juventude, um brilhante trabalho com os jovens cumprindo medidas socioeducativas, ameaçados de morte, em que conseguimos resgatar vínculos em mais de 60% desses jovens.

A Pecan – Penitenciária de Canoas, que hoje é o modelo do novo sistema prisional, já na área da prevenção terciária, em que o Município entrou também para

dentro da penitenciária com os projetos sociais, educacionais e culturais. A Pecan hoje é a unidade prisional com a menor taxa de reincidência do Rio Grande do Sul e uma das menores do País, de 4%. E mostro, por fim, Sr. Presidente, com a sua paciência, os resultados aqui. Ao longo de oito anos, nós conseguimos uma redução da taxa de homicídios na cidade, que varia conforme o mês, mas nós devemos fechar esses oito anos em torno de 20% de redução dos homicídios. É pouco, mas, perto do aumento que nós tivemos de 60% na Região Metropolitana, é quase um milagre ao longo desses oito anos. Aqui o mapa georreferenciado, mostrando como a cidade esfriou, como nós dizemos, como a violência se reduziu, ano após ano, graças a esse trabalho integrado que todos fizemos. Como eu já fiz essa comparação com Porto Alegre, roubo de carro, a redução que nós tivemos no número de roubo e furto de veículos ao longo desses anos, e o que é mais importante, mais de 400 jovens que teriam morrido se não tivéssemos feito nada não morreram e hoje estão dentro da escola, dentro do trabalho, retomando sua vida. E nós conseguimos ser a cidade com o maior índice de redução de homicídios, ao longo desses oito anos, de toda a Região Metropolitana.

Agradeço a atenção de todos e esta oportunidade, Ver.ª Sofia Cavedon, Ver. Prof. Alex Fraga, para compartilhar essa experiência concreta, esperando que Porto Alegre possa, humildemente, compartilhá-la. Não foi uma criação nossa, nós buscamos as melhores experiências ao longo desse período, com a liderança do Prefeito Jairo Jorge assumindo o tema da segurança não de forma retórica, só no período eleitoral, mas de forma concreta, montando uma equipe, dando recursos e estruturando políticas de prevenção à violência. Existe um caminho. Espero que as nossas cidades, principalmente Porto Alegre, possam seguir esse caminho para superarmos a terrível tragédia da violência que se abate hoje sobre a nossa Cidade.

Agradeço novamente a esta Casa a oportunidade, é uma imensa alegria ter ocupado esta tribuna novamente para me despedir, oficialmente, deste período de mandato, no qual me comprometi em trabalhar a questão da violência. Entrego aqui alguns resultados para ajudar nessa experiência e vou trabalhar, a partir de agora, na sociedade civil. Acho que, na nossa sociedade, independente das diferenças que todos temos, precisa haver mais união em alguns temas, como nas políticas de prevenção à violência, unindo os esforços da sociedade, dos governos e ajudando as polícias a superarem esse terrível problema que temos hoje. E a experiência concreta está aí; é possível vencer a violência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1243/15 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/15, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que institui a Política Municipal de Controle Populacional de Animais Domésticos (PMCPAD) e dá outras providências.

PROC. Nº 1198/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 112/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Semana do Imigrante Italiano no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, em uma semana compreendida entre a última quinzena de junho e a primeira quinzena de julho.

PROC. Nº 1872/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Veleiros do Sul Associação Náutica Desportiva, com ênfase aos cruzeiristas pelo cultivo da tradição marinheira.

PROC. Nº 2056/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/16, de autoria da Mesa Diretora, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Hellene Vardaramatos.

PROC. Nº 2307/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 225/16, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que denomina Rua Nadyr Silveira da Costa o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil, Cento e Setenta e Três, localizado no Bairro Vila Nova.

PROC. Nº 2313/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 227/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Italina Lazzaretti Tiziani o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Um, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 2318/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 228/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que denomina Rua Nilo Alberto Feijó o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Quatro, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 2413/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 235/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Oraci Rodrigues o logradouro público

cadastrado conhecido como Beco D – Estrada Cristiano Kraemer –, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 2429/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 239/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Lalzina Ignácio da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Beco E – Estrada Cristiano Kraemer –, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 2517/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que denomina Rua Marcos Stoffels Kaefer o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Quatro – Loteamento Ello Dourado –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 2519/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que denomina Rua Michel Vieira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seiscentos e Trinta e Sete – Loteamento Oito PIEC –, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 2521/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 253/16, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que denomina Rua Humberto Luiz Monteiro o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito – Loteamento Ello Dourado –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 2568/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 058/16, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que altera o inc. II do *caput* do art. 174 e revoga o inc. IV do § 1º do art. 196 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo a obrigatoriedade de votação nominal na apreciação de todos os projetos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de Pauta.

A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, caros colegas municipários e municipárias que acompanham esta Sessão, nosso povo da cultura, sei que aqui tem vários grupos importantes interessados na discussão do orçamento para 2017, e em um momento dramático em que o Prefeito Municipal sinaliza que não tem recursos para pagar o 13º salário, coloca em dúvida que acontecerá esse pagamento, depois de algumas discussões públicas a que assistimos entre o atual Prefeito e o novo que irá assumir. Discussões que, infelizmente, estamos entendendo que não há uma transição com a qualidade que a cidade de Porto Alegre merece ou com a responsabilidade que os municipários e os munícipes merecem. É essa crítica e essa reflexão que quero trazer para o início desta tarde, porque, se de um lado o Prefeito

Municipal faz alguns gestos contraditórios – bastante contraditórios – mandando para cá uma Mensagem Retificativa propondo ampliar o teto salarial, numa conjuntura dramática como essa e recua porque aqui na Casa não teve apoio absoluto, mas também recua porque o novo Prefeito disse que compreendia a demanda dos municipários, mas que não era o momento de tamanha iniciativa temerária; de outro lado, o Prefeito Municipal propõe a antecipação do IPTU, mas novamente o novo Prefeito reage dizendo que é ilegal, e o Prefeito zera a iniciativa. Ficamos nós assistindo a isso, questionando e ouvindo que o Prefeito eleito disse que não estava dominando os números, que não sabia o que estava acontecendo na cidade de Porto Alegre. Ora, imaginem os municipários, as municipárias, o povo de Porto Alegre esperando este momento para ver se vai antecipar ou não o IPTU, imaginem a desconfiança que vivemos aqui nos últimos anos, todo final de ano, com um anúncio de superávit – todo final de ano dos últimos quatro anos. Vivemos no ano passado e nos anos anteriores também, mas no ano passado em especial houve um combate duríssimo, porque entendíamos que não era possível se criar mais diferenciação salarial, e foram criadas no início e no final do ano, contra a vontade da categoria, contra a posição majoritária da categoria municipária, que, no início do ano, aqui estava lutando para o fim do efeito cascata que vinha colocando em risco a sua carreira, a redução inclusive, precipitando talvez a redução de 30% nos ganhos salariais. Ora, a categoria se manifestou, e o Prefeito Fortunati e o Vice insistiram e encaminharam um aumento diferenciado, uma reestruturação na Fazenda, anunciando que isso resolveria as finanças municipais, isso foi em janeiro do ano passado. O impacto neste ano daquele projeto de lei é de R$ 14 milhões – R$ 14 milhões. E, no final do ano passado, houve a implementação da Procuradoria-Geral do Município com equivalência dos assessores jurídicos a procuradores, com um impacto importantíssimo no ano de 2016 de R$ 17 milhões. Ora, o Prefeito anuncia superávit em toda a virada de ano, indica aumento salarial diferenciado dessa maneira, indica que pode subir o teto salarial e, agora, anuncia que não há recursos para pagar o 13º salário?! Acho que estamos numa situação de gestão temerária gravíssima.

É nesse complexo momento que votamos o orçamento de 2017. Estamos na Casa Legislativa, que tem autonomia, que tem responsabilidade com as votações que fez por maioria, que precisa olhar esse orçamento e olhar para o conjunto da Cidade, porque não é só o municipário ou municipária que vão ser prejudicados; é o HP, que atende 24 horas por dia, 7 dias por semana; são as escolas municipais lá da ponta, que atendem desde bebê até os 14, 15, 16, 17 anos; são os postos de saúde, que poderão fechar por uma greve, por uma insatisfação, por uma indignação dos municipários. É disso que se trata. E reconstruir esse equilíbrio está também na mão deste Legislativo, porque, se houve voto contrário, se houve protestos das oposições, se houve encaminhamento ao Tribunal de Contas de gastos inadequados, também houve uma maioria que votou e apoiou essas medidas que trouxeram o descontrole que hoje há na Prefeitura de Porto Alegre. Então a votação do orçamento tem que mostrar que esta Câmara é responsável, que está refletindo o momento e, principalmente, que respeita o funcionalismo que já trabalhou com qualidade o ano inteiro, porque teve que fazer duas

greves para o seu plano de carreira acontecer, de 2011 e 2012, e que tem que enfrentar, todo o dia, as dificuldades de uma Cidade violenta, com pobreza, onde falta saneamento e que tem muitas necessidades. Então, em respeito aos municipários e à nossa Cidade, que votemos para corrigir essas distorções.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar muito especialmente os colegas municipários e as colegas municipárias que nos acompanham na tarde de hoje e agradecer ao Ver. Alberto que, de uma maneira muito didática, trouxe a apresentação desse trabalho realizado em Canoas. Nós anotamos vários temas que nos parecem fundamentais, diante de uma política de segurança pública que, lamentavelmente, tem sido cada vez mais falida, seja pela lógica que os governos implementam, seja pelo sucateamento dos serviços públicos e dos servidores públicos. Porque o que nós estamos vendo no Estado do Rio Grande do Sul é um verdadeiro escândalo. Já são sete meses de funcionários com salários parcelados e, ao mesmo tempo, um pacote apresentado pelo Sartori que é uma verdadeira farsa. Uma verdadeira farsa, porque do ponto de vista econômico está muito longe de resolver a crise, mas na verdade coloca de novo o tema das privatizações para vender as estatais, os recursos energéticos, o carvão mineral, a energia elétrica a preço de banana, e, por outro lado, na concepção desse governo de desrespeito ao serviço público há o ataque às fundações e aos servidores públicos com o confisco do 13º salário e com o confisco, na prática, da folha dos servidores estaduais. E é por isso que eu venho, em Liderança do PSOL, falar que, tanto eu como o Ver. Prof. Alex, não aceitamos que essa lógica seja transposta para o Município de Porto Alegre. É de fato inaceitável que nós estejamos agora terminando o ano e que os nossos municipários e municipárias, que já tiveram R$ 110 milhões de perda com o parcelamento da inflação, e só receberam a inflação parcelada porque fizeram greve, porque, senão, teriam um aumento pífio – não tiveram aumento, tiveram reposição da inflação, de forma parcelada, porque lutaram por isso –, não tenham sequer o 13º salário garantido.

Nós estamos vendo uma lógica brutal de um governo que não cortou os CCs, que nós tanto apontamos aqui ao longo dos anos, que consomem mais de R$ 100 milhões da folha, e que servem como um verdadeiro cabide de empregos para fazer a distribuição entre os partidos "amigos do rei"; que não atacou as verbas de publicidade; que não buscou reaver os milhões que foram para os ralos da corrupção, seja na Procempa, com R$ 50 milhões, seja na saúde, com R$ 20 milhões desviados pela Sollus, seja nos outros escândalos que permeiam outras Secretarias. Muitos milhões foram para os ralos da corrupção.

Mais: nós falávamos na campanha eleitoral, com a Luciana, que era necessário haver uma prefeita com coragem para atacar os privilégios e, ao mesmo

tempo, se contrapor à lógica que nós vemos sendo implementada pelo Governo Temer com a PEC 55, que congela em 20 anos os gastos na saúde, na educação, na segurança e nas políticas públicas tão importantes para o nosso povo. E o que nós vemos é justamente o contrário: por um lado, o Governo que está há 12 anos e que sabia da calamidade das contas públicas, que passou o ano inteiro ameaçando com parcelamento ou não parcelamento dos salários dos funcionários, nos 45 minutos do segundo tempo, dizer que não vai pagar o 13º do funcionalismo. E o Governo que mal entrou e que também é continuidade, porque boa parte dos partidos que está com Marchezan estava na Administração do Fogaça e na Administração do Fortunati, está dizendo que sequer vai, por enquanto, antecipar o IPTU, que é tão importante para a arrecadação do Município com desconto para a população e, ao mesmo tempo, para garantir aquilo que é sagrado, que é o salário, na opinião do PSOL.

Nós estamos vivendo um momento de crise econômica, em que a receita dos governos tem sido a mesma. "Austericídio", eu digo. Ataque aos serviços públicos, aumento de impostos, e, à medida que não tem desconto no IPTU, na prática, há um aumento de 12% no imposto que toda a população paga, e que o locatário também paga, porque os locadores repassam para os locatários; cortes nas áreas sociais, o que gera ataque a quem está lá na ponta, cobrindo, garantindo os serviços públicos, o que gera a diminuição da possibilidade do consumo, virando uma verdadeira bola de neve, que quem paga é o povo pobre, é o povo trabalhador.

Nós não aceitamos esta lógica. Eu venho a esta tribuna dizer que nós protestamos, que nós lutaremos com os funcionários, com os servidores municipais, até o dia 20, para que haja a garantia do pagamento do 13º e da folha integral do mês de dezembro. Nós não aceitamos que o Governo Sartori faça escola no Município de Porto Alegre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-Vereador Jorge Goulart, que faleceu em Capão da Canoa, foi velado aqui em Porto Alegre e sepultado no Cemitério Jardim da Paz.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, agrego a minha tristeza pelo passamento do meu grande amigo, meu ex-colega.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÀUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores municipários aqui presentes, público que nos assiste através da TVCâmara. Se o Governo está se findando, ele deveria aprender que durante todo esse tempo várias vezes subimos a esta tribuna e dissemos isso, que ele deveria aprender com os trabalhadores. Durante todas essas crises, os trabalhadores aprenderam a resolver e a viver com a crise. Este Governo não! Ele vivia numa abundância, vivia de uma forma que para ele não existia crise, para ele nós vivíamos em uma ilha de Caras, nós vivíamos no apogeu, Porto Alegre era uma cidade em que não existia crise, Porto Alegre era uma cidade em que tinham os melhores índices de desenvolvimento, todos manipulados e todos mentirosos. Porque uma cidade que vive os melhores índices de desenvolvimento, uma cidade que vive o apogeu não parcela a inflação. Não parcela a inflação! Uma empresa que está bem, paga a inflação integral para os seus trabalhadores, porque isso é perda e ela dá aumento para os seus trabalhadores. Há dois anos, esta cidade vem parcelando a inflação. Inflação é o que se consumiu de dentro do bolso, de dentro da família dos trabalhadores, e há dois anos este Governo vem parcelando a inflação dos trabalhadores municipários – dois anos! Esse Governo que diz que tem um poder de endividamento. Se eu tenho poder de endividamento, se eu não estou no SPC e eu sei as contas que eu tenho que pagar para a minha família, porque eu sei as necessidades que eu tenho que suprir da minha família, e se eu tenho poder de endividamento, eu vou sentar nos bancos e vou ver qual é o melhor banco para arrumar um empréstimo, para conseguir um consignado e resolver as necessidades da minha família. Só que este Governo que diz que tem um poder de endividamento arruma dinheiro, mas não se preocupando com as famílias do municipário, não se preocupando com o comércio de Porto Alegre, que é uma cidade que vive somente do comércio e serviço e dos trabalhadores públicos. Não, este Governo que rapou todos os fundos, este Governo que não faz o seu aporte ao Previmpa desde agosto, este Governo que – e já foi dito aqui por outros Pares –, não fez uma medida para enxugar custos! Não diminui um CC, não diminuiu uma Secretaria, este Governo que não fez uma lição de casa que os Governadores fazem, agora vem atrasar o que é sagrado para os trabalhadores: o seu salário, fazendo escola com o Sartori. Mas não atrasa os seus amigos, não atrasa os seus parceiros. Durante a campanha não falou nem um minuto – e nós falávamos aqui desta tribuna – que iria atrasar os salários. Pelo contrário, apresentava uma Prefeitura maravilhosa, e agora diz que tem um déficit de R$ 600 milhões. Quando assume que está devendo R$ 600 milhões, é porque o rombo é muito maior, muito maior, mesmo! Agora, como as grandes empresas que se beneficiam, e na hora em que a ficha cai, querem que os trabalhadores paguem a conta. Nós não vamos aceitar isso, em hipótese nenhuma. Salário é coisa sagrada, salário é coisa que dá sustentabilidade e estrutura para uma família, e os municipários contribuem muito para esse Município. É um Governo que até hoje arrumou dinheiro para fazer obras da Copa, até hoje arrumou dinheiro para fazer grandes coisas em Porto Alegre que até hoje não saíram do papel,

que arrumem dinheiro para pagar o 13º dos funcionários públicos, que arrumem dinheiro para pagar o salário dos funcionários públicos. Que arrumem! E não venham dizer que a culpa é da não antecipação de IPTU, porque não antecipou porque sabia que iria ser responsabilizado judicialmente, porque não pode antecipar receita...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CLÀUDIO JANTA: ...Sabe que não pode antecipar receita, sabe muito bem que não pode mexer no dinheiro dos outros, por isso não antecipou. Agora, mandou um monte de projeto para esta Câmara pedindo empréstimo para fazer Orla do Guaíba, para melhorar não sei o quê... Manda para cá proposta de empréstimo para pagar o salário e 13º dos servidores municipais que esta Casa, com certeza, vai aprovar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente Cassio Trogildo, Vereadores e Vereadoras, eu estou aqui para dar as boas vindas ao Padre Sérgio Belmonte, que nos visita junto com seus paroquianos da Paróquia São Jorge, que nos honram com sua visita. Venho aqui também acompanhar a nossa discussão e aprovação do orçamento da nossa Capital. Eu só quero cumprimentar o Padre Sérgio e seus paroquianos pela beleza da Festa de São Jorge, o segundo maior evento religioso da nossa Capital, só perdendo para a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Então, quero agradecer e cumprimentar estes paroquianos que trabalham fortemente na festa, na procissão, nos eventos de toda aquela semana de festas da Paróquia São Jorge. Quero dizer que estamos preparando um roteiro turístico religioso para breve na nossa Capital e tenho certeza que o templo de São Jorge, a paróquia será incluída nesse roteiro turístico religioso. Sejam bem-vindos, obrigado pela presença, é uma honra tê-los aqui na Casa do Povo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na semana que passou, nós tivemos uma tragédia enorme. Todos os brasileiros ficaram tristes, nós todos ficamos muito tristes, o Rio Grande, o Brasil, todos

ficaram com os olhos voltados para Santa Catarina, com os olhos cheios de lágrimas. Eu acho que pouca gente não chorou assistindo ao velório daqueles jogadores, jornalistas e dirigentes da Chapecoense naquele acidente. Vimos também a solidariedade entre os povos da Colômbia para com o Brasil, para com a Chape. O sentimento de dor que tiveram, o sentimento de dor que tiveram os brasileiros em relação àquele velório.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

O SR. IDENIR CECCHIM: O Ver. Villela está estranhando o que está no painel. Eu também, Vereador. Os brasileiros todos estranharam isso, porque, no dia do velório dos nossos irmãos brasileiros em Santa Catarina, onde estavam o Lula e a Dilma? Lá em Cuba. Lá em Cuba! E vocês, com os olhos em Cuba também, pelo jeito! (Vaias.) É, isso é muito feio! O Brasil inteiro chorando a perda de brasileiros, e o Lula e a Dilma estavam em Cuba. Não tiveram coragem. Isso serviu bem para mostrar muitas viúvas do Fidel, algumas aqui, agora se viu. Algumas viúvas do Fidel. (Vaias.) Eu não tenho nenhuma preocupação com as vaias de vocês, porque o tempo todo vocês se agarraram no Fidel, no Maduro, no Chávez, nessas sanguessugas do povo! Sanguessugas do povo! E agora...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu achei que vocês estavam aqui para aprovar o orçamento e algumas emendas. Achei isso! Agora eu quero dizer que eu também cobrei, desta tribuna, a falta de um pedido de minuto de silêncio, pelo menos, do PT ou de alguém, para o Seu Fidel Castro; mas não houve, ninguém pediu, ninguém pediu! Não sei por que isso.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não! Não era o meu Comandante, era o de vocês! Vocês que peçam o minuto de silêncio, não serei eu quem vai pedir.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Posso continuar?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu perguntei aqui para o Presidente, vocês, infelizmente, ainda não foram eleitos para dizer “sim” ou “não” para ninguém aqui, *o.k.*?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente, feito esse modesto registro, que deu muita repercussão, pelo que agradeço, não era minha intenção chamar a intenção de ninguém, era só mostrar o que acontece. A diferença entre brasileiros: quem leva a bandeira verde amarela e quem carrega a bandeira de Cuba. Aliás, na posse de um governador, isso aconteceu; havia a bandeira de Cuba e a da FARC. Não sei se eram conhecidos de vocês que as carregaram, mas elas estavam lá. Eu carrego só a bandeira nacional, a bandeira do Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero fazer uma saudação especial ao Alexandre Pinheiro Machado que está nos visitando hoje. Quero fazer algumas considerações a respeito da Rede Sustentabilidade. Eu faço parte da direção nacional da Rede. Estive em Brasília, no final de semana retrasado, onde fizemos um encontro nacional para fazermos uma avaliação desse primeiro ano da Rede Sustentabilidade. Muitas pessoas têm cobrado posição da Rede e tinham uma expectativa muito grande nesse primeiro ano da eleição. Durante o congresso, junto com a direção nacional, com a Marina Silva, José Gustavo, vimos que a Rede teve um bom resultado, apesar da expectativa muito grande da população. Em nossa primeira eleição elegemos: sete Prefeitos no País, vários Vice-Prefeitos, inclusive, Vice-Prefeitos de capitais, como Belo Horizonte, a Vice-Prefeita Gisele Uequed, de Canoas, junto com o PTB, de Busato, e elegemos, em todo o País, 181 Vereadores. A cobrança era muito grande, da Rede, por ter uma candidata à presidência, Marina Silva, com mais de 20 milhões de votos. Então, havia uma expectativa muito grande em cima da Rede. E nós chegamos, na nossa avaliação, que a Rede teve um bom desempenho eleitoral, tendo em vista o seu pouco tempo de vida, menos de um ano. Além disso, com muito pouca estrutura, muito mais falando sobre a nossa ideologia da sustentabilidade, do que por outras razões.

Também quero aproveitar este espaço para falar sobre ontem, sobre as manifestações no Brasil a respeito das dez medidas anticorrupção, as quais a Rede apoia, incontestavelmente. “Apoiamos a Lava Jato”, estas são as palavras de Marina Silva, também, dizendo que apoia totalmente a Lava Jato e as dez medidas anticorrupção. A Rede também fez um pedido para o afastamento imediato, assim como nas ruas, ontem, de Renan Calheiros, da presidência do Senado, tendo em vista a sua posição no STF, de réu, e estar na linha sucessória da Presidente da República. Então, já foi protocolado o pedido da Rede e suas manifestações para o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado, por não admitir um réu na linha sucessória da presidência da República.

Esta é a posição da Rede Sustentabilidade, da nossa Líder, Marina Silva, em relação a toda essa situação de corrupção no País. Somos totalmente favoráveis à Lava

Jato, já externamos isso; quanto às manifestações, também somos favoráveis às medidas anticorrupção, e damos total apoio e pedimos de imediato o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado.

São essas as posições da Rede Sustentabilidade. Agradeço a compreensão de todos que estão aqui esperando a votação do orçamento, saímos um pouco da pauta que vocês esperavam, mas acho que é importante nesse momento, é o que dizem as ruas, o pedido das ruas: Chega de corrupção! Chega de roubalheira! Nós damos total apoio a todas essas manifestações favoráveis às dez medidas e à saída de Renan Calheiros do Senado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, funcionalismo público municipal aqui presente, senhoras e senhores que nos assistem. Esta tribuna é livre, e quem tem compromisso e não quer assumi-los traz para cá outros temas que não têm nada a ver com aquelas respostas que têm que ser dadas. Ver. Cecchim, vou-lhe dizer que, pelo menos numa frase, concordo com o senhor: temos que ter, sim, o maior respeito pelo povo colombiano e pelo povo de Santa Catarina. O povo de Santa Catarina deu uma demonstração de grandeza quando se silenciou diante do Temer, que foi lá tentar fazer demagogia. Quero-lhe dizer que lá em Cuba tinham 2 ou 3 milhões de pessoas chorando e aplaudindo nas ruas aquele que o mundo todo reconheceu como o político do século. Goste ou não goste, Cuba entrou para a história. Eu gostaria que o senhor, o seu partido e todos os que estão no Governo Municipal... E, diga-se de passagem, o senhor está no Governo Federal, com o Temer, está no Governo do Estado, com o Sartori, e está no Governo de Porto Alegre, com o Fortunati e com o Melo. O Sartori não sabe até agora o que faz, ele foi o cara mais autêntico, na campanha, quando disse: "Depois eu vou ver o que vou fazer". Ele vai sair de lá e não vai saber para que veio, ou melhor, ele é um bom reprodutor do que dizem para ele fazer, principalmente aqueles que querem destruir o Estado. Quer vender as riquezas que nós temos e que geram potência para o Rio Grande do Sul.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Ver. Cecchim, o senhor teve tempo de vir aqui para responder ao funcionalismo que aqui está por que o Governo não vai pagar o 13º salário. Por que está dizendo que não vai pagar? Eu vou dar algumas respostas, o senhor deveria ter dito isto: "O meu Governo está quebrando a Carris, que, neste ano, terá um prejuízo de 60 milhões. Colocamos lá mais 50 CCs sem necessidade". O senhor deveria ter dito: "Implantamos a corrupção no DEP". E, diga-se de passagem, com a

chuva do final de semana, a Cidade ficou alagada novamente, e não foram os funcionários que fizeram a corrupção, não foram eles que colocaram fogo no armário das provas que incriminavam o seu Governo. O senhor deveria ter dito aqui por que, para esse grande conchavo de tentar continuar governando a Cidade, Ver. Mauro Zacher, com muitos indicativos de corrupção, receberam a Prefeitura com 498 CCs e hoje tem mais de mil. E onde está o plano de carreira com o qual o então Prefeito Fogaça assumiu o compromisso? Naquele momento, diante de alguns funcionários, de mim, como Líder da oposição, e do Ver. João Dib, que nos ouve, assumiram o compromisso, em 2008, de que ainda naquele ano receberíamos o plano de carreira para discutir a valorização do funcionalismo público municipal e potencializar a administração que até hoje não veio para a Câmara. Nós precisamos debater isso.

Nós estamos discutindo o orçamento aqui, e eu acho que tem muito pouca gente aqui; esta Casa deveria estar cheia, porque o momento de discutir o orçamento é o momento em que se analisa a Cidade e pode-se cobrar dos governantes o que foi aprovado no ano anterior. E aí eu tenho uma pergunta, Sr. Presidente. Por que essa atual gestão é a pior gestão...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ENGº COMASSETTO: ...Por que essa atual gestão é a pior gestão no desempenho da aplicação dos recursos de investimento? Este ano, foram aplicados, ou gastos, ou empenhados menos de 20% do orçamento que aprovamos no ano passado para investimento na Cidade. Isso é de responsabilidade dos funcionários, ou é da gestão, que criou um castelo, onde os processos, onde os contratos, onde a transparência nas contas públicas não existe?

Eu, como oposição, fui diversas vezes ao Prefeito Fogaça dizer que nós tínhamos disposição de ajudar nesses processos que vinham desde o Ministério das Cidades, entre outros. Está lá o castelo fechado. Dizer que não tem dinheiro para pagar o 13º e que não pode adiantar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; há pouco mais de meia hora, eu havia concordado em não utilizar o período destinado ao exame preliminar das matérias que tramitam na Casa, isso é, a Pauta, na expectativa de que nós pudéssemos, com mais brevidade, ingressar no exame do

orçamento do Município, em que se discutirá, debaterá e decidirá sobre inúmeras matérias, muitas das quais do interesse direto desta ilustre plateia que nos honra com a presença neste dia. Infelizmente, a minha renúncia não ocasionou essa celeridade, a discussão tomou outro rumo. Isso me faz vir à tribuna, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade possível. Ainda neste fim de semana, eu recebi vários telefonemas e contatos diretos de pessoas que se somaram ao esforço, ao apoio, ao incentivo da candidatura vitoriosa à Prefeitura de Porto Alegre do Deputado Nelson Marchezan, que não foi o meu candidato. Eles me questionam, Sr. Presidente, sobre o meu comportamento na próxima Legislatura, na medida em que, sabidamente, o meu candidato foi derrotado nas urnas. A eles, tenho respondido invariavelmente, dizendo que não vou ser diferente, Ver. Cecchim, do que fui no passado, quando o Partido dos Trabalhadores dirigia o Município de Porto Alegre, e eu, em inúmeras oportunidades, arrostando, às vezes, até incompreensões, me manifestei favoravelmente a algumas das suas propostas. Aliás, quis a coincidência que, logo no dia de hoje, nas preliminares da reunião, eu fosse inteirado da disposição da Bancada do Partido dos Trabalhadores de propor uma indicação, pela qual se recomenda a manutenção das regras que possibilitam o desconto no pagamento antecipado do Imposto Predial e Territorial Urbano na cidade de Porto Alegre. Disse-lhes que irei apoiá-los, e continuo afirmando da mesma forma, poderia dizer ao contrário, depois do pronunciamento absolutamente despropositado do Vereador que me antecedeu na tribuna, quando parece que quer restabelecer uma guerra política dentro do plenário, num dia em que temos que ter serenidade para decidir bem os interesses da Cidade. Eu quero, sim, Sr. Presidente, leis como a proposta pelo Ver. Bernardino Vendruscolo - depois de grande luta, persistentemente mantida por vários momentos – ele conseguiu aprovar. Uma proposição, uma lei que dá ao Poder Executivo a possibilidade de oferecer esse estímulo àqueles que pagam por antecipação, em parcela única, o seu Imposto Territorial, e que pode ser de até 20% naqueles que pagarem até o segundo dia útil do mês correspondente ao exercício fiscal em andamento, do primeiro mês. Ora, Sr. Presidente, aos que me perguntam sobre o comportamento em relação ao futuro Prefeito Nelson Marchezan, eu digo, com toda clareza, que serei solidário com ele naqueles coisas que forem de interesse público e que a mim me convencerem nesse sentido, mas que saberei, de antemão, discordar dele quando for o caso. E agora, antes dele assumir, já começo discordando, dizendo que os seus apelos, no sentido de não conceder esse desconto que interrompe uma tradição de 28 anos na cidade de Porto Alegre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. REGINALDO PUJOL: ...O momento não é de tecnologia, é de convicção, e as minhas convicções me levam a dizer exatamente isto: estou discordando. Acho que a lei do Ver. Bernardino Vendruscolo deve ser respeitada nessa hora, por isso vou, daqui a pouco, votar a favor da indicação que o Partido dos

Trabalhadores vai fazer. Ainda que pudesse alterá-la, o que, regimentalmente, não me permite; no conteúdo e no objetivo eu sou a favor. O resto, ficar discutindo, querer fazer ajuste de contas, fazer terceiro turno das eleições que já passaram, é tardio. O que nós queremos, agora, é parar com essa discussão inconsequente, iniciar a Ordem do Dia e começar a votar o orçamento. É isso que eu quero! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h29min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. DELEGADO CLEITON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 028/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. MAURO ZACHER (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 044/15. Após retornaremos à ordem normal.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLE nº 025/16, passar à discussão e votação da Indicação nº 050/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, ainda que V. Exa. não tenha formalmente anunciado, tem iniciada a discussão a respeito do orçamento. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Desculpe, Vereador, não consegui entender.

O SR. REGINALDO PUJOL: A Ordem do Dia foi aberta, V. Exa. não anunciou oficialmente qual o projeto está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sim, porque dois Vereadores encaminharam dois requerimentos, que passaremos a apreciá-los agora.

O SR. REGINALDO PUJOL: Por isso eu digo, V. Exa., provavelmente, agora o fará. E eu requereria a V. Exa. que, ao abrir, estabelecesse as regras, porque

seguramente essa matéria tem vários destaques, e a tradição normalmente ocorre de que se vote em bloco aquelas emendas que merecerem aprovação por parte da Relatoria; posteriormente aquelas que não forem destacadas; e, finalmente, uma a uma, as matérias destacas. Então, acho que aí é que poderá se colocar requerimento a respeito do ordenamento dos trabalhos. Parece-me que isso a que me referi, além de tradicional, é o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Com certeza, assim que começarmos a votar o orçamento, essas regras serão devidamente estabelecidas.

Segundo o acordo de Lideranças, decidimos pela seguinte ordem de votação: em primeiro lugar, discussão e votação do PLE nº 044/15; logo após, discussão e votação do PLE nº 025/16 e a votação da Indicação nº 050/16. Depois, segue-se a ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2877/15 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 044/15, que altera o art. 3º e acrescenta o inc. V ao art. 4º da Lei nº 7.433, de 6 de junho de 1994, que – cria a Assistência Jurídica Municipal junto a Procuradoria-Geral do Município (PGM) – e dá outras providências.

Parecer Conjunto:
- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB.** Relator-Geral Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:
- incluído na Ordem do Dia em 05-12-16;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 044/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Guilherme Socias Villela, o PLE nº 044/15. (Pausa.) (Após a votação nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 03 votos **NÃO.**

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.ª Lourdes Sprenger, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 65, nº 66, nº 67 e nº 68 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 102 e nº 103 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 56, nº 57, nº 58 e nº 59 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Engº Comassetto, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 22, nº 23, nº 24, nº 25, nº 26, nº 53 e nº 54 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 40 nº 41, nº 42, nº 70, nº 72, nº 74, nº 76 e nº 78 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 105, nº 106 e nº 107 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 03, nº 04, nº 10, nº 11 e nº 12 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 109 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 31 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 35 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 32 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 16 e nº 20 ao PLE nº 025/16.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Clàudio Janta, subscrito nos termos no art. 120, inc. VI, do Regimento, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 43, nº 45, nº 46, nº 49 e nº 50 ao PLE nº 025/16.

O Ver. Alberto Kopittke solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 6 a 31 de dezembro de 2016. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, solicitando a retirada do destaque das Emendas nº 56, nº 57 e nº 58 ao PLE nº 025/16.

Iniciaremos agora a discussão do PLE nº 025/16, com a votação das emendas destacadas e o projeto com as emendas aprovadas na CEFOR.

O SR. REGINALDO PUJOL: E as emendas com parecer favorável, votaremos englobadas no projeto depois?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Teremos que acordar isso. Após a votação das emendas destacadas poderemos acordar que as não destacadas sejam votadas com o projeto, mas depende de acordo do Plenário.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2269/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/16, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2017. **Com Emendas nºs 01 a 119. Com Subemendas nº 01 às Emendas nºs 08, 13, 27, 29, 30, 36 a 39, 47, 60, 61, 63, 64, 69, 75, 77 e 108.**

Parecer:
- da **CEFOR.** Relator Ver. Airto Ferronato:
01. Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 05 a 07; 09; 14; 15; 17 a 19; 21; 28; 33; 34; 44; 48; 51; 52; 55; 62; 71; 73; 79; 81 a 94; 96; 99 a 101; 104 e 111;
02. Pela aprovação das Emendas nºs 08; 13; 27; 29; 30; 36 a 39; 47; 60; 61; 63; 64; 69; 75; 77 e 108, todas com Subemenda nº 01, de Relator;
03. Pela rejeição das Emendas nºs 01 a 04; 10 a 12; 16; 20; 22 a 26; 31; 32; 35; 40 a 43; 45; 46; 49; 50; 53; 54; 56 a 59; 65 a 68; 70; 72; 74; 76; 78; 80; 95; 97; 98; 102; 103; 105 a 107; 109 e 110;
04. Pela aprovação das Emendas nºs 112 a 119, de Relator.

Observações:
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput* , c/c art. 82, *caput*, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- após a aprovação de Parecer na CEFOR e durante a Ordem do Dia não serão admitidas emendas (art. 120, § 1º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 01-12-16.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 025/16. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham nossos trabalhos na tarde de hoje, com a votação do orçamento para o ano de 2017, orçamento este que vem com aproximadamente R$ 7 bilhões para empenho no ano que vem, para as futuras receitas do nosso Município e que contou com diversas emendas de praticamente todos os Vereadores desta Casa, algumas delas de suma relevância para o ano que vem em todos os âmbitos: segurança pública, cultura, educação. Muitas delas foram, infelizmente, rejeitadas, e, por isso, acredito que boa parte dos Vereadores que tiveram as suas emendas rejeitadas pela Relatoria fizeram o destaque.

Eu espero que nós possamos analisar cada uma delas com bastante seriedade, frente ao potencial que cada uma dessas emendas pode trazer para o nosso Município.

Nós precisamos, através do orçamento, promover a viabilidade para que alguns dos programas sugeridos pelos Vereadores desta Casa Legislativa possam ser viabilizados no nosso Município.

Para aqueles que não conhecem este tipo de atividade que nós teremos no transcorrer desta tarde, nada pode ser empenhado de verba em programas que não estão listados no orçamento do nosso Município, e, por isso, a grande importância dos trabalhos no dia de hoje. Se, para 2017, nós quisermos, por exemplo, destinar verba para que a Prefeitura possa se dedicar à instalação de um programa municipal – uma das emendas que eu propus – para tratar da questão do biogás como alternativa energética para a produção de energia de biocombustível no nosso Município, deve haver dotação orçamentária prevista para tal, e, por isso, nós nos alongaremos por várias horas debatendo a questão do orçamento.

Sabemos – ou pelo menos temos a noção – que as finanças do nosso Município não estão bem. Pelo menos é o que está sendo divulgado a todo momento nos veículos de comunicação pela gestão atual. Se nós temos uma previsão orçamentária de R$ 7 bilhões, que estes recursos possam ser utilizados da melhor forma possível. Eu lamento bastante que no ano passado uma emenda que nós conseguimos aprovar nesta Casa, de minha autoria, de um programa de prevenção à violência nas escolas não tenha sido utilizada na sua integridade. De acordo com o orçamento do Município, uma verba de R$ 100 mil é uma verba modesta para um problema tão grave quanto a violência nos espaços escolares. Essa dotação orçamentária poderia ser utilizada em cursos de capacitação dos profissionais que trabalham nas escolas, poderia ser utilizada em cursos de mediação de conflitos, eventos de mediação de conflitos entre as comunidades escolares, mas, infelizmente, poucos desses recursos abertos para o ano de 2016 foram efetivamente implementados no nosso Município. Nós não podemos ter um orçamento fictício aqui na nossa Cidade. No orçamento, as emendas aprovadas têm que ser efetivamente aplicadas. É isso que deseja o povo de Porto Alegre, é isso que deseja esta Câmara Legislativa através dos Vereadores eleitos pela sociedade. Nós não

podemos ter, no Município de Porto Alegre, um orçamento de mentirinha, como foi o orçamento de 2016. Portanto peço a todos extrema seriedade na tarde de hoje, bons debates e esperamos que muitas das emendas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...possam vir a contribuir para que nós tenhamos uma Cidade decente, segura, uma Cidade acolhedora como Porto Alegre já foi um dia. Uma boa-tarde de trabalho e vamos à luta! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Gostaria de combinar com as Sras. Vereadoras e com os Srs. Vereadores que vamos nos manter nos cinco minutos, tendo em vista a extensão da discussão neste tarde. Então não darei, excepcionalmente, na discussão do projeto referente ao orçamento, um minuto complementar.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu estou muito preocupado e não poderia ser diferente. Eu quero me somar à apreensão de todos os servidores públicos que estão enxergando ali no horizonte o não pagamento do seu 13º salário. É um momento muito difícil de escassez financeira, em todas as formas, com os preços todos muito caros. Eu acho que não ter 13º salário neste momento é muito ruim e, portanto, fica aqui um abraço e a minha solidariedade.

Eu quero ainda falar, pois, por dois anos, fui Presidente da Comissão de Economia e Finanças, portanto tenho uma visão - que eu acredito muito correta – daquelas coisas que nós acertamos e daquilo que nós erramos. Eu quero dizer, até por força dessa condição, que eu não faço mais emenda ao orçamento. Pelo menos não fiz neste ano e não farei. Porque há dois anos eu fiz emendas propondo a implantação de cinco mil lixeiras em Porto Alegre, dessas modelo kinder ovo, mas não foram implantadas; propus academias de praças e parques, 20 no orçamento, mas não foram implantadas; propus bebedouros em parques e praças, porque não têm, as praças são revitalizadas e não têm bebedouros, mas não foi executado. Então, eu não brinco mais! Porque se a gente ficar aqui fazendo emenda no orçamento e depois isso não se realiza, o que nós, Vereadores, estamos fazendo aqui? É um desrespeito aos Vereadores. Pelo que tenho visto, a maior parte das emendas não estão sendo executadas, e isso é triste, é lamentável. E a maior parte, seja de quem for, não é executada!

Agora entra a questão: por que chegamos a esse ponto em Porto Alegre? Vá perguntar para o empreendedor que vai investir em Canoas em quanto tempo ele licencia o seu empreendimento lá.

Falou-se há pouco na Carris, é muito legal, a Carris é nosso patrimônio, eu gostaria que a Carris operasse bonde ainda, que a Carris tivesse barco fazendo a ligação da Zona Sul com o Centro e gostaria que a Carris não operasse devendo R$ 30 milhões por ano. Aí querem esse discurso reducionista dos CCs da Carris. Não é! É que a Carris, operacionalmente, para funcionar, custa de quatro a cinco vezes mais do que uma empresa privada, infelizmente. Quando a Carris vai comprar um ônibus, ela tem que comprar pela Lei nº 8.666, quer dizer que ela precisa comprar naquele momento, num leilão, um ônibus que for mais barato; diferentemente de uma empresa privada, que pode comprar todos de uma mesma marca, e, portanto, ter uma oficina só. A Carris tem que ter cinco oficinas diferentes, com peças diferentes, com mecânicos e com especialidade diferente. A Carris tem um departamento administrativo que custa quatro vezes mais do que o das outras empresas, tem 400 funcionários lá dentro que não podem ser tocados e não podem ser demitidos. Portanto, o custo operacional dela não é só pelos CCs, é muito maior. Estamos chegando a um momento em que a máquina pública toda tem que ser rediscutida. Eu falava isso com os meus servidores quando fui Secretário da SMIC, mas também é um absurdo que a SMIC, que deveria ser uma Secretaria de desenvolvimento, tenha 0,8% no orçamento! É um absurdo que a Prefeitura de Porto Alegre tenha um orçamento de R$ 6,1 bilhões, e que 45% desse orçamento seja para assistencialismo, porque não se sustenta isso, gente! Uma Prefeitura que não dinamiza a economia, que não gera riqueza, que não gera imposto, que não gera emprego... Digo isso há cinco anos, e se vocês tivessem me ouvido antes, Ver.ª Sofia, se não tivéssemos ido para essa disputa de bugio, a coisa não tinha chegado neste ponto. Se nós não desenvolvermos a economia da Cidade, se continuarmos transformando Porto Alegre numa Cidade inimiga do empreendedorismo, burocrática, parada, atrasada, onde o problema do cidadão ou o problema do privado não é problema do servidor, vai chegar um dia que não vai ter dinheiro para pagar a folha. Infelizmente, esse dia chegou, e eu me compadeço demais por isso, porque eu queria que tivéssemos uma Cidade rica, uma Cidade onde tivéssemos empreendimentos privados, e que a riqueza gerada disso se colocasse para dentro do cofre público e se pudesse fazer creche, pudesse fazer hospital, pudesse fazer posto de saúde, pudesse pagar o salário do funcionalismo. E hoje estamos aqui nesta espiral negativa que só tende, infelizmente, a piorar, se não nos apercebermos dos porquês que nos levaram ao ponto em que chegamos. E para sair disso a tarefa de vocês e do Simpa também é muito importante, porque, juntos, precisamos inaugurar uma nova etapa, fazer com que a Prefeitura seja a emuladora do desenvolvimento para gerar riqueza e para gerar emprego, e para ter imposto e poder pagar salário, senão vamos continuar, Sr. Presidente, ano a ano, nos lamentando.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde em que se discute a aprovação do orçamento da cidade de Porto Alegre para 2017. Eu tenho tido aqui a oportunidade de ser o Relator da matéria, nos últimos três anos, ou seja, nestes quatro anos em que estamos aqui na Câmara, consecutivamente, sou o Relator da matéria por três anos, e quero agradecer aos Vereadores que me viabilizam esse momento e essa oportunidade. O orçamento será aprovado, e teremos aí uma previsão de verbas orçamentárias no valor total de R$ 6 bilhões e 900 milhões, e sei também que a discussão do orçamento propriamente dita é pequena. A maior parte da discussão, e com toda a propriedade, gira em torno das emendas, meu caro Ver. Paulinho Motorista, e, neste momento, falo também em seu nome. Nós tivemos apresentadas 111 emendas: emendas apresentadas pelas entidades, emendas populares e emendas apresentadas por diversos Vereadores, como, aliás, todo ano isso acontece. Dessas 111 emendas, estamos propondo a aprovação de 61 emendas. Tenho certeza de que nós procuramos aprovar emendas de todos os Vereadores e a esmagadora maioria das emendas de iniciativa popular. Passou alguma coisa? É claro que passou. Nós podemos propor a aprovação de alguma outra emenda diferente daquela que está proposta no relatório? Claro que sim. Acontece que nós temos emendas que estão retirando valores de algumas rubricas, em um total maior do que aquilo que se pode retirar. Portanto é preciso buscar um entendimento. Essa é a minha proposta, para que se aprove o parecer com algumas emendas que estão sendo sugeridas e destacadas, porque não vai ser possível aprovar todas as emendas desta Casa. Se acontecer isso, nós vamos retirar recursos de rubricas que ficarão, inclusive, negativas. Isso não pode. Portanto nós podemos nos entender na tarde de hoje, tentar buscar um acordo, aprovar algumas emendas de proposição, de rejeito, para fazer que, com isso, se aprove o orçamento como deve ser aprovado. Por exemplo, reserva de contingência, nós, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos que deixar um saldo, no mínimo, de 1% do valor do orçamento, e se nós aprovarmos esse conjunto de emendas que estão sendo propostas, deixaremos a reserva de contingência com menos de 0,5%. Isso não vai dar, é ilegal, portanto temos um relatório com proposição de aprovação que alcança a esmagadora maioria das entidades que apresentaram propostas, que alcança todos os Vereadores. Algumas que foram rejeitadas merecem nosso crédito e nosso apoio – o Ver. Kopittke disse, lá no início, que seriam emendas de relevância, e eu concordo –, agora, o conjunto delas não será possível aprovar em razão da questão da origem dos recursos. Portanto, o debate será intenso, positivo, e estamos aqui para dizer que estudamos com detalhe o orçamento e estamos dispostos a...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, senhoras e senhores, depois nós vamos tratar emenda por emenda, mas quero fazer o debate agora da questão mais geral. O Ver. Valter, que é do PMDB, que foi Secretário nos governos anteriores, veio aqui denunciar o valor baixo que foi destinado para a SMIC. Eu quero aqui deixar claro que a SMIC foi dividida em pelo menos três Secretarias. Essa é uma questão de fundo no debate do orçamento: nós temos, hoje, em Porto Alegre, 28 Secretarias e 8 empresas e departamentos – 28 mais 8 – numa Cidade. Ver. Valter, V. Exa., que votou a favor de todas as modificações de Secretarias, sabe que a SMIC foi desmembrada: foi criada a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, que saiu de uma parte da SMIC; foi criado o Gabinete de Inovação e Tecnologia – Inovapoa, mas se a SMIC promove desenvolvimento, por que está separado? Ora, por quê? Porque é mais um secretário, mais um secretário adjunto, mais um chefe de gabinete, mais assessor 1, 2, 3. Só a SMIC se dividiu em três Secretarias nos últimos anos, aí não tem orçamento que comporte, não tem desenvolvimento na Cidade, porque a capacidade de promoção e desenvolvimento fragmentada desse jeito é impossível! A ponto que a Secretaria de Segurança foi dividida em Segurança e Direitos Humanos. Quero parabenizar o Ver. Kopittke que fez um excelente relatório, um excelente trabalho aqui do lado, em Canoas. Ora, dividir segurança, direitos humanos, acessibilidade e inclusão! Porque se criou uma Secretaria de Inclusão e Acessibilidade! Todas criadas no último período com recursos para gastar com pessoal, porque nenhuma delas consegue ter investimento, porque o orçamento não é elástico desse jeito.

Foi criada a Secretaria Especial dos Direitos Animais, a Secretaria da Juventude. A Secretaria Especial dos Direitos Animais é polêmica, mas está junto à Saúde, à Vigilância, poderia se melhorar. Qual política para juventude a Secretaria da Juventude consegue fazer? Não consegue! No máximo as Tendas da Juventude, um pré-vestibular, porque não tem orçamento! Política para juventude se faz com trabalho e renda, se faz com educação, cultura, esporte, se faz com as várias Secretarias! Por que uma outra secretaria?

A Secretaria de Planejamento se dividiu, pasmem, na SMURB, em um escritório de aprovação que tem o *status* de secretaria, o EdificaPOA e um tal de Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais, o GADES, para tocar os projetos como o Cais do Porto, etc., projetos polêmicos da Cidade que estão levando milhões com a tal da humanização da orla. Tudo poderia estar – e estava – dentro da Secretaria de Planejamento, todos com *status* de secretário, secretário adjunto, com pouquíssimos recursos de investimento.

Portanto, houve um inchaço na máquina pública desnecessário e predador da qualidade das políticas públicas na cidade de Porto Alegre. Uma fragmentação absurda. A Prefeitura está aí às voltas para pagar R$ 80 milhões nas 14 obras da Copa de 2009. Não é dinheiro das obras, é dinheiro dos projetos que eram dados pelo sistema FIESP, pela iniciativa privada. Só que foi um desastre! E eu li nos jornais que a Prefeitura está pagando projetos, aditamentos com o custo enorme de R$ 80 milhões que quase pagam o 13º salário do funcionalismo, porque, uma folha líquida dá uns R$ 150 milhões ou R$ 160 milhões, fora os CCs que aqui o Ver. Comassetto já falou. Nós

não podemos resolver isso, mas o novo governo que tem partidos que compõem a base, que estão discutindo com o governo, tem que olhar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Sofia Cavedon prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, na discussão do PLE nº 025/16, por cedência de tempo do Ver. Alberto Kopittke.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Nós sempre tivemos essa gentileza, Ver. Valter, de concluir o pensamento. Acho que é positivo para o debate, e acho que vai ser a minha fala de discussão.

Ora, o orçamento deste ano não veio corrigindo. O Prefeito Fortunati, sabendo disso, da crise, falando em parcelamento de salário, desde fevereiro - porque eu me lembro muito bem que depois do superávit, um mês depois, já se levantava que poderia se parcelar salário -, sabendo disso, o orçamento veio para esta Casa não mexendo em nenhuma dessas gorduras que estou apontando aqui. Poderia apontar outras, poderia apontar esse InvestePoa, que saiu da SMIC, ele tem um programa; e que programa é? Desoneração de receitas, em torno de R$ 5 a R$ 6 milhões/ano, para o UNIPOA, para conceder bolsas de ensino superior, quando o Município de Porto Alegre é coibido de atuar no ensino superior. O Inovapoa, desculpa, bem lembrado. É proibido atuar no ensino superior; o UNIPOA renuncia receita ano a ano. E nós já denunciamos; o Conselho Municipal de Educação já tirou um parecer contrário. O Tribunal de Contas está analisando há três anos. E eu espero e lamento, porque vai dar repercussão e crime de responsabilidade depois que terminar a gestão do Prefeito Melo e Fortunati, porque a LDB é clara: o município não pode atuar em outro nível de ensino que não seja de sua responsabilidade, que é a educação infantil e ensino fundamental, se não tiver cumprido as obrigações nesses níveis de ensino.

E nisso, foram muito bem alertados, o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito, muitas vezes. Eu, muitas vezes falei nesta tribuna, nós representamos junto ao Prefeito, o Fórum das Entidades da Criança e do Adolescente representou. Ora, o Município está sendo punido por não cumprir o Plano Municipal de Educação na educação infantil e não encerrou a desoneração para entrega de bolsas no ensino superior. O orçamento que vamos votar agora não veio com nenhuma correção no sentido das questões aqui apontadas, ao contrário, o que fez o Prefeito Municipal? Ele reduziu recursos - quero parabenizar o Conselho Municipal de Saúde que fez uma análise profunda, que nos mandou material, que militou, que falou com todos os Vereadores -, reduziu brutalmente os recursos na saúde. Ver. Kopittke, em sua homenagem, reduziu os recursos na segurança, na Secretaria de Segurança Municipal; reduziu recursos no DEP, a Cidade alagada, no sábado, e o orçamento para 2017 vem com menos recursos no DEP, no saneamento; reduziu recursos em várias outras Secretarias, que sabemos, já têm déficit de políticas públicas, que estão com extrema terceirização, como é o caso da FASC, que é brutal. E aumentou na PGM, uma das Secretarias que teve maior aumento

foi a Procuradoria Geral do Município, e não é uma questão pessoal com os nossos colegas Procuradores, é um problema sério de gestão, de opção de gestão, que a Prefeitura de Porto Alegre fez aumentando os mais altos salários, elevando o número de funcionários que recebem acima do teto, prejudicando o conjunto da harmonia, o conjunto dos municipários, porque todos os municipários, todos, em especial os municipários e municipárias que estão lá na ponta atendendo a população são fundamentais para a arrecadação, para a qualidade de vida. Porque, se a saúde funciona muito bem, se gasta muito menos recursos em Saúde; se a educação funciona muito bem, se está valorizada, a gente gasta menos recurso em limpeza urbana, por exemplo, gasta menos recurso em meio ambiente e em uma série de outras políticas, porque o cidadão toma para si uma outra cidadania, um outro protagonismo. Essa visão errada de valorizar alguns setores e desvalorizar o conjunto resultou nos inúmeros problemas e queixas da Cidade de Porto Alegre sobre a atual gestão, não foi à toa que escolheu um outro caminho, outro perfil. Na nossa avaliação, não é um perfil que vai solucionar o problema da Cidade, mas nós vamos indicar onde achamos que tem distorções e votaremos o orçamento nesse sentido, valorizando quem faz a política pública de verdade lá na ponta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16, por cedência de tempo da Ver.ª Lourdes Sprenger.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu vou tentar ajudar mais um pouco aqui para podermos entender esse fenômeno. A Prefeitura pega 47% do seu bolo, quase a metade, e coloca nos salários do funcionalismo. O limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 51%. Pegar 47%, se todo mundo estivesse ganhando bem, se a Prefeitura estivesse funcionando bem, se tudo mundo estivesse satisfeito é uma coisa. O problema é que, nesses 47%, nós distribuímos o bolo de forma muito desigual: tem gente ganhando muito bem – vivendo em oásis de tranquilidade, de prosperidade –, e tem gente ganhando muito mal. De tal forma que nós criamos o TudoFácil, quando fui Secretário da Indústria e Comércio, e, com toda a razão, os servidores de lá estão fazendo a operação padrão, pois numa sala ao lado tem gente que ganha duas vezes mais – por ter uma gratificação – e trabalha muito menos do que outro que trabalha ali o dia todo. Então, nós deixamos aprofundar essas distorções. Eu só acho que a história tem de ser contada de forma correta. A Ver.ª Sofia vem aqui e sempre conta meia história. Quando nós recebemos a Administração do Partido dos Trabalhadores, a Prefeitura de Porto Alegre estava há dois anos trabalhando no vermelho, tinham sido cortados todos os créditos nacionais e internacionais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, isso é preciso ser dito. A questão do gatilho não funcionava além de outras questões mais.

Voltando para cá, 39 Secretarias, ou com *status* de secretaria, é demais? É claro que é! Eu mesmo, quando Secretário da SMIC, o Prefeito Fortunati foi lá e me disse que não iria abrir uma nova secretaria, me garantiu. Um tempo depois eu soube pelos jornais que havia sido criada a Secretaria Municipal do trabalho e foi tirada de dentro da SMIC. Daqui um pouco mais, o Gades, Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais, que deveria estar no Urbanismo, não precisava estar lá. A Secretaria Especial dos Direitos Animais poderia estar na do Meio Ambiente; o Inovapoa poderia estar na Secretaria de Indústria e Comércio, e que tudo isso, de fato, fosse uma secretaria de desenvolvimento econômico, promoção, geração de emprego e renda! Se fosse para criar uma Secretaria específica, inclusive eu já defendi isso antes, poderia ter sido a secretaria da fiscalização, pois a fiscalização deveria ser unificada, uma reengenharia de gestão, porque não adianta ter quatro, cinco, seis fiscalizações diferentes: a SMOV tem uma, a SMIC tem outra, o Procon tem a sua, a Vigilância Sanitária também, para isso deveria haver uma reestruturação.

Uma coisa eu quero compartilhar com vocês, novamente, servidores que estão aqui. Quarenta e sete por cento na folha, mais 45% em assistencialismo, assistência social: aí foram 95% do orçamento. É por isso que tem secretaria estratégica para o Município que tem 0,8%, como a de Urbanismo; 0,8%, como a de Indústria e Comércio. Pega o bolo, divide por fatia, essas secretarias, que são estratégicas, inclusive para o salário de vocês, não tem 1%! A SMIC foi invadida oito vezes este ano, oito vezes! Se fosse uma, fossem duas, três, mas oito vezes! Só para repor o que foi destruído lá dentro são R$ 600 mil. Se tivessem aprovado o PL para botar vigilância lá, eram R$ 150, R$ 160 mil! Mas que economia porca é essa? A SMPEO... Estou com saudade do Ilmo aqui, quando nós tratávamos disso. Porque se criou uma estrutura com gratificações diferenciadas, os meus servidores, da SMURB, queriam ir para a SMPEO, para ganhar dois ou três, quatro ou cinco mil reais a mais. Para fazer diferente do quê que se fazia lá atrás?

Eu fui líder de um governo aqui que não cometeu esses erros, Ver.ª Sofia, não cometeu. Eu acho que tem que ser revista essa história. Se, no nosso País, assistencialismo social, que é só no que vocês pensam, que é um país pobre e que, de fato, é importante... Mas uma Prefeitura que só pensa em assistencialismo social, cedo ou tarde, como eu disse antes, chega uma hora que não vai ter dinheiro para pagar as contas, porque não gera riqueza na cidade. Em Canoas, que é do PT, o cara licencia em três meses. Em Porto Alegre, em três anos, ele não consegue botar um empreendimento, então, o empreendimento vai embora daqui, não paga imposto aqui, não gera emprego aqui. Nós estamos só enxugando gelo, gente! Esta discussão é uma das mais importantes que nós temos que ter, e vocês têm que acordar para ela, para as verdadeiras razões por que chegamos onde chegamos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores; eu tenho afirmado aqui nesta tribuna que considero este um dos momentos mais importantes do Parlamento, porque aqui nós podemos analisar qual é a orientação que uma gestão pública desempenha em uma cidade. Eu quero, primeiro, fazer aqui alguns registros. O orçamento de Porto Alegre, que vem sendo aprovado nesta Casa, e que acompanho há 12 anos, apresenta, todos os anos, um crescimento do orçamento, mas, todos os anos, quando analisamos o orçamento que foi executado, ele apresenta uma debilidade maior a cada ano na sua aplicação. Portanto, grandeza no orçamento apresentado só serve para manchete nos jornais no dia seguinte. O orçamento previsto para este ano é de R$ 6,7 bilhões. Agora, perguntem, quanto foi executado do orçamento deste ano? O jornal Zero Hora coloca todos os anos como manchete: "Orçamento para 2016 – R$ 5,6 bilhões"; nunca ela colocou numa manchete: "Orçamento realizado foi 30, 40% menor que o aprovado, que o previsto". E agora vamos analisar qual modelo de gestão que vale quanto ao orçamento. Vereadora Sofia, não adianta aqui o Presidente do Partido, que é do Governo - que teve o candidato há poucos dias defendendo -, vir aqui esbravejar contra o próprio Governo, se ele foi um dos Secretários, se ele foi um dos mentores, um dos gestores desse modelo que aí está. As 37 Secretarias que estão aqui, Ver. Valter, são de responsabilidade sua também; não venha aqui querer se desculpar! É isso que precisamos analisar, qual é o modelo de Cidade, por que foi inchada a máquina pública?

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. ENG. COMASSETTO: A culpa toda é do PT; Pedro Álvares Cabral também era petista! Quero analisar quanto está aumentando no orçamento para 2017 em algumas Secretarias. Procuradoria-Geral do Município aumenta em 53,3% o seu orçamento. Por quê? Porque foi feito um trenzinho da alegria aqui e quem mais ganha, hoje, dentro da Prefeitura, na cidade de Porto Alegre, são os Procuradores, entre outros. Nós votamos contra aquele projeto. Nós votamos contra. De onde está sendo tirado o dinheiro? Olha aqui, uma das Secretarias que mais perde dinheiro, ou seja, menos 27%, é a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social.

Hoje, andando pelas calçadas de Porto Alegre, eu coloquei no Twitter, Ver. Socias Villela, que na esquina da Rua Dr. Flores com a Rua dos Andradas tem um buraco na calçada em que cai qualquer um. E se diz que a qualidade da cidadania de uma cidade se mede pela qualidade das calçadas de sua cidade. Porto Alegre está negativa nisso, e retira 27% da Secretaria de Acessibilidade. E o Prefeito Fortunati, assim como o Fogaça, veio aqui anunciar que ia fazer um projeto para reestruturar as calçadas da Cidade. Secretaria da Saúde, são menos R$ 52 milhões. Está seguindo a receita do Temer, é tirar dinheiro das essenciais na cidade de Porto Alegre. O que nós precisamos fazer aqui é analisar para onde está saindo o dinheiro de quem precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna não apenas como Líder do PCdoB, mas também como Presidente da Frente Parlamentar, que durante quatro anos atuou nesta Casa em defesa dos municipários e do serviço público de qualidade. Nós estamos discutindo o orçamento, e, nessa discussão, eu quero trazer um enfoque aqui, que, na minha concepção, é importante ser discutido neste momento, antes que entremos nas questões das emendas. Em que momento nós estamos discutindo o orçamento do Município de Porto Alegre? No momento em que o neoliberalismo campeia, de cabo a rabo, no nosso País e no mundo, e que a partir da União e do golpe que nós tivemos, nós estamos tendo o desdobramento como aqui no Estado, com o Sartori desestruturando o Estado do Rio Grande do Sul, e estamos chegando no Município de Porto Alegre, nos Municípios como um todo. Se nós olharmos as medidas da União, podemos nos preparar, e os servidores públicos são conscientes disso, principalmente o pessoal da educação e da saúde, que a PEC 241/55 vai congelar, por 20 anos – os principais atingidos serão os Municípios, pois é na cidade que nós vivemos –, o orçamento da União para setores estratégicos de políticas públicas. Isso não é dádiva, isso é dever de Estado: saúde, educação, cultura, etc. O pacote do Governo Sartori desestrutura o Estado também em setores estratégicos para o desenvolvimento e para as políticas públicas que significam dignidade e justiça social; ciência e tecnologia, para um desenvolvimento econômico e social, o que é fundamental para a soberania do nosso País, os servidores sabem disso. É neste momento que nós discutimos o orçamento de Porto Alegre. Ele é o retrato do que nós vivemos hoje: diminuição do estado como ente público, agravando, desde a economia do Município, a diminuição das políticas públicas e, pior, penalizando os servidores. Essa troca de IPTU por 13º é penalizar! Mais do penalizar, é criminalizar aqueles que dão sustentação, muitas vezes, a gestões ineficientes, incapazes de tomar medidas que efetivamente garantam um serviço público de qualidade com a qualidade dos seus servidores. Neste momento, temos que discutir isso. Sou signatária, juntos com os companheiros do PT, para que o IPTU seja antecipado com desconto, isso é um benefício para a população. E, também, para garantir que, ao não pagar o 13º aos municipários, os servidores não sejam penalizados como já estão os servidores estaduais. Além disso, retirar esse benefício da população pode gerar aquilo que tenho absoluta convicção: não parcela, não antecipa, não parcela, pode gerar inadimplência. Aí, nem mel, nem porongo, como se diz. É a prova típica de que equívocos de gestão não geram economia, mas, sim, perdas para a população, para os trabalhadores, para os municipários. É sobre isso que quero chamar atenção: um orçamento que privilegia um serviço público de qualidade dá qualidade de vida aos seus munícipes e aos seus trabalhadores, garantindo desenvolvimento, investimento, geração de renda e emprego, e a consequente elevação de arrecadação e de crescimento de uma cidade. Mas vivemos em época de neoliberalismo, e o que querem não é o crescimento do nosso País, é a sua entrega, e isso desde o Município até a União. Começa pela União e, nessa visão

republicana, ao invés de garantir a dignidade, retira a dignidade dos trabalhadores. O não pagamento do 13º salário aos municipários, para mim, é uma clara intervenção de um Governo que nem sequer começou e que se elegeu dizendo que faria mundos e fundos, que resolveria tudo. Interveio, inclusive, aqui nesta Casa, para que nós não aprovássemos projetos que gerassem custo. Para nós, a questão não é custo, é investimento! Nós temos que pensar no Município, no Estado, na União sob a ótica de investimento e não de custos! Não é custo o salário digno dos servidores e o 13º salário. É investimento...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, eu tinha ficado contemplada pela intervenção do Ver. Prof. Alex, mas algumas falas nesta tribuna me incomodam bastante, porque, mais uma vez, tratam de identificar os trabalhadores do serviço público e os investimentos sociais como as causas da crise econômica que nós estamos vivendo no Município. Eu queria trazer somente três dados, para que possamos fazer a votação, que me parecem fundamentais. Primeiro, o debate com relação à Carris, a nossa empresa pública, que foi apontada em várias pesquisas nacionais como a principal empresa de transporte coletivo do Brasil. Uma empresa que ajuda na parametrização das tarifas de ônibus, que são abusivas da cidade de Porto Alegre. Não por conta da Carris, mas pelos negócios das empresas privadas que, lamentavelmente, têm os aumentos assinados, ano a ano, em conluio com a Prefeitura. E eu não ouvi falar que o verdadeiro problema da Carris seja o cabide de empregos que foi gerado, para acomodar os caciques de vários partidos que estão aliados com o atual Governo municipal. Eu não ouvi falar do escândalo de adesivagem da Carris. Eu não ouvi falar dos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado sobre a má utilização dos recursos públicos pela Carris ao longo dos anos. Eu não ouvi falar do cabide de empregos de aproximadamente R$ 15 mil, o que, de fato, faz com que uma empresa pública que tem nas tarifas um superávit baixo – mas empresa pública não precisa dar lucro... Mas tem superávit na tarifação, que foi lesada pela má gestão daqueles que aqui criticavam a empresa pública, ou mesmo o debate sobre as gratificações. Nós, quando estávamos no meio da crise do efeito cascata, nos recusamos a votar projetos que tratavam categorias de forma diferente do conjunto dos trabalhadores municipais. Basta olhar o voto dos que hoje dizem que o problema são as gratificações, como votaram em projetos que aumentaram para algum lado da pirâmide – como para a Procuradoria e a Fazenda –, mas não aumentaram para os professores, para a saúde, para os técnicos administrativos, para aqueles que ganham salários mais baixos na categoria. Nós sempre defendemos isonomia, para garantir o direito do conjunto da categoria, e não

para rebaixar o conjunto dos salários. Quem não implementou o plano de carreira foi o Governo do Ver. Valter Nagelstein, não eu. O Prefeito Fogaça se elegeu em 2008 dizendo que ia fazer plano de carreira! Nós estamos em 2016, e não tem plano de carreira! E teve greve, teve GT, teve mobilização.

Não vamos ser demagogos aqui na tribuna e não vamos trabalhar com a lógica de que o Estado tem que ser uma empresa, porque essa lógica é o fundo do que os governos estão tentando fazer. Eu já disse anteriormente: o Temer, o Sartori só têm gerado arrocho, parcelamento, diminuição de verbas para as áreas sociais e mais crise. O Sartori aumentou o ICMS dos combustíveis e da energia elétrica, parcelou o salário do funcionalismo, e a crise se alastra no Estado do Rio Grande do Sul. Além do desrespeito aos trabalhadores, uma diminuição no comércio, portanto, perda de vagas de trabalho no comércio, na indústria. Isso é "austericídio"! Isso é a lógica de que o Estado tem que financiar o interesse dos ricos dando isenções bilionárias! O Sartori diz que vai resolver o problema demitindo 1,2 mil pessoas, com uma economia de R$ 100 milhões, entre aspas, porque, para mim, não é economia. Por que não se discutem os R$ 15 bilhões que eles deram de isenção para as grandes empresas amigas deles? Por que não se debate a sonegação fiscal? Por que não se discute a dívida pública com a União, firmada entre Britto e Fernando Henrique, que massacra o Estado do Rio Grande do Sul? Infelizmente, nós vemos esse discurso nesta transição.

Acho importante chamar uma reunião com o Prefeito Fortunati, sugestão da Ver.ª Jussara Cony, mas é fundamental aumentar o grau de mobilização, como vocês fizeram no efeito cascata. Ocupar as ruas e mais: exigir que tenha também reunião com a equipe de transição do próximo Governo! Porque não venham começar a parcelar salário aqui no Município, nós não vamos deixar que aconteça com Porto Alegre o que aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul! Nós não deixaremos! Os municipários não deixarão! Nós estaremos na rua com os municipários! Estaremos lado a lado, porque não aceitamos essa lógica de nada para os trabalhadores, crise para os trabalhadores e tudo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 025/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto que fixa a Lei Orçamentária do Município nada mais é do que um projeto de lei especial que estima a receita e fixa a despesa. Não é novidade nenhuma que eu venha à tribuna e faça a afirmação que irei fazer: os nossos orçamentos são quase invariavelmente peças fictícias, de ficção, porque, na prática, eles deixam de ser realizados.

No caso concreto do orçamento de Porto Alegre, nós observamos uma grande deformação na sua execução pela liberdade que tem o Executivo de promover o contingenciamento de recursos de forma aleatória de vários programas que são, não raro, reduzidos quase integralmente, quando não o são integralmente, em favorecimento de outros, que são devidamente executados. Por isso, Sr. Presidente, eu fiz uma emenda que não logrou merecer parecer favorável do ilustre Ver. Airto Ferronato, que, num trabalho exaustivo, analisou todas as 109 emendas propostas e conseguiu, inclusive, em muitos casos, compatibilizar a aprovação de mais da metade das emendas apresentadas. Não é nosso caso, porque, das três emendas, duas não foram aprovadas, e uma mereceu aprovação. Eu estou me referindo a uma emenda que, a rigor, não mexe com números; ela simplesmente tem por objetivo limitar a capacidade de contingenciamento que o Executivo dispõe na execução orçamentária. A emenda, Presidente, nada mais é do que uma limitação desse Poder e foi colocada com a seguinte redação: "Inclua-se onde couber artigo conforme segue: 'Art.: Fica limitado a 10% do total da despesa autorizada o contingenciamento de dotação orçamentária na Lei Orçamentária de 2017, não podendo exceder a 20% do valor total das despesas de cada programa finalístico. § único: os limites estabelecidos no *caput* deste artigo somente poderão ser descumpridos em casos excepcionais, devidamente justificados, mediante autorização da Câmara Municipal de Porto Alegre'."

O que pretendemos, Sr. Presidente, além do que já foi anunciado, é claramente procurar estabelecer a possibilidade de perseguirmos o chamado orçamento impositivo, em que, Ver. Tarciso, o que era colocado na proposta orçamentária tem que ser executado. Nós sabemos que, neste País, em função das dificuldades e das variações econômico-financeiras, ora com depressão, como é o caso concreto, é quase impossível isso ocorrer. Eu quero chamar atenção de todos os colegas e colegas para esta minha colocação: não faço nenhum exagero se eu possibilito em cerca de R$ 1 bilhão de reais a possibilidade do contingenciamento, porque 10% de quase R$ 7 bilhões, que é o orçamento do Município, outra coisa não é senão R$ 700 milhões, que, evidentemente, é dinheiro muito suficiente para propiciar os ajustes que, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para discutir o PLE nº 025/16, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

O SR. REGINALDO PUJOL: Continuo dizendo, Ver. Tarciso, que este volume de R$ 600, R$ 700 milhões é recurso suficiente para enfrentar qualquer mudança ocasional que venha a ocorrer, se é verdade que existe um orçamento elaborado com critério, e eu acredito que assim seja. O que não pode é, no orçamento, ao serem executados recursos da cultura, por exemplo, serem contingenciados em 80%, e, em outras áreas, não. O que não pode é nós colocarmos alguns valores no orçamento – como sempre parece que é colocado – que, antecipadamente, já estão destinados a ser contingenciados, a fazer a redistribuição em outras áreas.

Sr. Presidente, eu sou favorável à realização de critérios objetivos. Por isso o tempo que me fornece o Ver. Paulo Brum me dá a oportunidade de aprofundar esse exame que eu estou fazendo, dizendo que é minha intenção clara delimitar esse poder discricionário quase imperial que o executor do orçamento dispõe neste País. E não é o Prefeito Fortunati, não é o próximo prefeito; são "os prefeitos" que dispõem desse poder de forma ilimitada. Os Parlamentos têm que criar freios capazes de não propiciar essas distorções e contribuir com isso, para que os orçamentos sejam realistas e correspondam à real possibilidade do Município de investir, e não uma peça de ficção. Estamos dando uma boa folga: 10% no geral, e 20% em cada programa específico. É folga suficiente para garantir uma boa execução. Por isso, apesar do brilhante parecer do Ver. Ferronato, nós vamos buscar alcançar uma decisão favorável da Casa aprovando esta emenda, que tem esse claro objetivo limitador dos excessos que, eventualmente, o gestor da Fazenda Pública, ou o planejador do Município, possa ter ao organizar a peça orçamentária, criando situações irreais, fictícias que se prestam para este tipo de acomodação altamente condenável. Limitar este poder é não só um comportamento legislativo adequado, é um comportamento recomendável na prática da administração pública, que deve perseguir, tanto quanto possível, a montagem de orçamentos reais, capazes de ser efetivamente executados. Se não forem totalmente executados, que sejam parcialmente contidos dentro de percentuais absolutamente razoáveis como aqueles que nós estamos sugerindo.

Por isso, Sr. Presidente, esta emenda, e a outra emenda que nós fizemos de apoio ao tradicionalismo na Restinga vão merecer uma discussão mais ampla da nossa parte, já que das três emendas que nós propusemos, as duas não foram agasalhadas pelo Relator, um direito legítimo de quem procurou fazer o trabalho com seriedade, como se caracteriza a ação legislativa do nosso companheiro Ver. Airto Ferronato. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h19min): Estão reabertos os trabalhos. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos três requerimentos de formação de blocos das emendas destacadas: dois blocos apresentados conjuntamente pela liderança do Governo e pela liderança de oposição, e um terceiro bloco, de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, tem um bloco, então, que é da saúde, as últimas três; e tem a dos municipários, que é a Emenda nº 109, que não está no bloco.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Votaremos individual.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Emenda do Simpa.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Perfeito.

Em votação o Requerimento, conforme acordo de líderes, solicitando que sejam votadas, no Bloco A, as Emendas nº 03, nº 04, nº 10, nº 11, nº 12, nº 16, nº 20, nº 23, nº 41, nº 45, nº 54, nº 59, nº 65, nº 76 e nº 103, destacadas, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento, conforme acordo de líderes, solicitando que sejam votadas, no Bloco B, as Emendas nº 24, nº 25, nº 26, nº 40, nº 42, nº 43, nº 46, nº 49, nº 50, nº 66, nº 67, nº 68, nº 70, nº 72, nº 74 e nº 78, destacadas, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon, solicitando que sejam votadas, no Bloco C, as Emendas nº 105, nº 106 e nº 107, destacadas, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Bloco A das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16. (Pausa.) A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco A das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Parabenizo os artistas e as artistas que estão aqui, porque as emendas populares da cultura estão neste bloco para aprovação. Muito obrigada pela compreensão e construção do conjunto dos Vereadores e Vereadoras.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco A das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras e todos que nos assistem; quero dizer da alegria desta nossa emenda aprovada, a Emenda nº 59, no valor de R$ 150 mil, destinados à implantação do Museu da História da Cultura do Povo Negro na Capital do Rio Grande do Sul, em desacordo com o parecer emitido pela CEFOR, a gente já sabe. Inclusive, o tema da redação do ENEM, realizado neste final de semana, foi “o caminho para combater o racismo no Brasil”. Somente quando as pessoas passarem a admirar a história do povo negro, essas atitudes tão desumanas de desrespeitar o seu próximo vão mudar, essas cenas de racismo que estamos assistindo diariamente. Transformação e admiração pela luta e resistência do povo negro, eu sonhei com isso e tenho a certeza de que a implantação do

Museu do Negro em Porto Alegre será um grande passo para o fim da desigualdade racial na nossa Cidade maravilhosa, a nossa Porto Alegre. Para a grande maioria das pessoas ligadas à cultura do povo africano trazido à força para o Brasil, a escravidão fica reduzida a carnaval e capoeira, e isso dá a entender o que é a realidade sobre o afrodescendente gaúcho. Isso precisa ser mudado urgentemente! Um dos caminhos para o fim da desigualdade racial na nossa Cidade passa pela implantação do Museu do Negro, por isso peço aos nobres Pares que avaliem bem, e já avaliaram bem. Eu quero aqui, de pronto, agradecer os nobres Pares, Vereadores e Vereadoras, todos, pela aprovação desta emenda. Esta emenda é importantíssima, Ver.ª Fernanda, para o nosso povo negro.

Eu tenho aqui na minha mão o livro de Warley Oliveira, eu vou ler este livro com muita atenção, porque este livro é muito importante. (Mostra livro.) Livros como este, Ver. Villela, e acervos maravilhosos que a gente tem, eles têm que estar no Museu do Negro, para que as escolas possam visitar e para que todos os porto-alegrenses tenham acesso às coisas maravilhosas que os nossos antepassados fizeram no Estado do Rio Grande do Sul. "A obra do Professor Warley é uma pesquisa minuciosa sobre importantes personalidades negras brasileiras. Personalidades estas que são desconhecidas da maioria da população, no entanto, deixaram seus nomes escritos na história através de seus feitos."

Muitos nomes não estão na história, mas estão presentes nas nossas vidas, na nossa Cidade e no Brasil, assim como em Minas Gerais, Ouro Preto; na Bahia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro. É importante essa história ser contada como ela foi. A história do povo negro é mentirosa. Por isso há uma versão do negro que acha que o negro é só carnaval e capoeira. Não é só isso. O negro é muito mais, e o negro fez muito mais por este País e pelo nosso Estado do Rio Grande do Sul. Eu quero agradecer ao Professor Warley com muito carinho. Obrigado, obrigado aos nobres Pares pela aprovação desta emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Bloco A das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Bloco B das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16. (Pausa.) A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco B das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero encaminhar rapidamente, Presidente, porque, é evidente, poderíamos estar discutindo uma a uma, mas aceitamos discuti-las em conjunto, sabendo que o Governo tem maioria e sabendo que determinadas bandeiras que estão contidas no Bloco B vão seguir sendo lutas. São lutas necessárias, por isso eu venho a esta tribuna fazer a nossa consideração sobre dois aspectos fundamentais. Primeiro, sobre a questão das Áreas Especiais de Interesse

Social. Hoje de manhã, eu estava num debate, com o Ver. Bernardino, sobre o IPTU, e nós ficamos boa parte do tempo discutindo a questão da regularização de comunidades irregulares. Para nós, é fundamental que tenha previsão no orçamento para a gravação e para mais do que isso: para garantir que essas áreas de interesse social sirvam para adequação da moradia digna. Porto Alegre deveria fazer um projeto de regularização para garantir que 700 comunidades irregulares possam, sim, ter condições para melhorar a qualidade de vida das pessoas, para que o povo possa ter o seu endereço, para que possa ter água com pressão adequada, para que possa ter energia elétrica legal, e as pessoas querem isso. É justamente por causa da morosidade dos governos para regularizar situações de décadas que a população sofre com as más condições de moradia.

Nós temos também um debate fundamental que está no Bloco C, Rosa, e parabéns às artes, várias das emendas populares de vocês são aprovadas, isso é motivo de orgulho para a luta da comunidade artística, luta que segue em pé contra o fechamento da Usina das Artes, luta que segue em pé pelo Fumproarte, luta que segue em pé contra a calamidade cultural no Estado do Rio Grande do Sul, como o fechamento da TVE e de tantos outros espaços de referência para a nossa comunidade. Um desses temas que está no Bloco B e, também, no Bloco C é justamente a questão da saúde, está aqui a Mirtha, que é a Presidente do Conselho Municipal de Saúde: nós temos previstos, para o orçamento de 2017, R$ 136 milhões a menos em saúde pública para garantir o atendimento que já tem hoje. Já faltam medicamentos, recursos humanos; e nós precisamos melhorar o atendimento no Hospital de Pronto Socorro, precisamos melhorar o Postão da Bom Jesus, o PACS, o Programa de Saúde da Família, melhorar a saúde para a população. Nós não temos como votar pela rejeição dessas emendas! Nós vamos votar a favor delas, embora sejam discutidas de forma conjunta, porque para nós é uma demarcação ideológica de como deveria ser o orçamento. Temos R$ 6 bilhões previstos no orçamento para o ano que vem. Muitas vezes, se tem uma peça de ficção, em que o Governo orça muitas coisas, contigencia valores nas áreas sociais, não executa programas, programas esses que, em cinco, seis anos, foram executados em 10% da sua integralidade, como os programas da saúde da mulher, os de acessibilidade, e isso é ruim. Mas pior do que isso é ver que o Governo não faz nada para enxugar na própria carne na tentativa de garantir mais direitos para a população. Nós previmos para a Santa Rosa a melhoria no atendimento da assistência social, por isso vamos votar a favor das emendas, porque é uma demanda na Santa Rosa. O Governo diz que a emenda é muito alta, mas nós vamos seguir lutando, porque são R$ 350 mil. Se eles pagam R$ 100 milhões para os CCs, por que não podem gastar R$ 350 mil para melhorar a assistência social na Santa Rosa? Por isso nós ficamos felizes com a prevenção à violência que foi aprovada, as políticas LGBTs, as políticas para as mulheres, as culturais, a do Livro e da Leitura, que foram aprovadas no primeiro Bloco, mas nós sabemos que isso é muito insuficiente para se ter um orçamento justo, para ter um orçamento adequado, que priorize a saúde, as áreas sociais e que garanta a inversão dessa pirâmide.

Portanto, nós encaminhamos a favor desse Bloco. E já deixamos de antemão nosso registro em relação ao conjunto das prioridades do Governo, porque vontade política também é prioridade. Nós achamos que tinha muitos lugares para serem cortados: diárias, passagens, gasolina, salários – até os nossos –, para garantir as políticas para os municipários, as políticas públicas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Bloco B das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO**, com a aprovação da Ver.ª Sofia Cavedon, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.ª Fernanda Melchionna, Ver.ª Jussara Cony, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Engº Comassetto.

Em votação o Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16. (Pausa.) A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos apenas assinando emendas relativas à saúde, Dr. Thiago. O Secretário da Saúde encontra-se aqui, os funcionários da Saúde, o Conselho de Saúde, que militou desde que o orçamento foi elaborado, demonstrando que o orçamento da saúde estava sofrendo um baque brutal para o ano de 2017.

Eu queria apenas dizer que essas emendas não são emendas da Sofia, de jeito nenhum; são emendas do Conselho Municipal de Saúde, da discussão da Secretaria da Saúde e não são do tamanho que necessitariam ser, para que a saúde recompusesse o que tem hoje, que já é pouco para dar conta das demandas na cidade de Porto Alegre.

A Secretaria da Saúde, no orçamento de 2016, tinha previsto R$ 1.606.366.000,00. E a LOA, a Lei Orçamentária, vem com, praticamente, 50 milhões nominais a menos, apenas R$ 1,55 bilhão. Eu gostaria que nós imaginássemos o impacto que essa redução de 52,49% vai causar na vida e na capacidade de retorno e desempenho de atendimento na Secretaria da Saúde. Hoje, a saúde não é o principal tema de queixa da população, porque a segurança ultrapassou a saúde, mas é a segunda. A população, quando perguntada sobre qual o principal problema da cidade de Porto Alegre, responde que é a segurança e, na sequência, a saúde. E a Atenção Básica está sofrendo redução, o SAMU está sofrendo redução. Eu vou ler para V. Exas. o tamanho dessa redução: reduz quase dois milhões para o SAMU, se aprovarmos o orçamento como está. SAMU, gente, que salva a vida das pessoas; todo o tempo há queixas de que não é suficiente para atender às demandas da cidade de Porto Alegre! Estamos falando de vida ou morte.

As emendas feitas aqui com a assessoria da DL não quebram nenhuma Secretaria, elas foram construídas de forma inteligente, de forma adequada. Para o

SAMU, a gente visa a recuperar uma parte da perda colocando dois milhões, a Emenda nº 105. Na ampliação de recursos para a saúde mental, a construção possível foi de R$ 1.000.823,00. A Emenda nº 03 é para a atenção primária em saúde. A Ver.ª Jussara Cony, quero fazer essa deferência, fez uma tentativa nas negociações que fizemos agora, para que fosse colocada, no bloco para aprovação, a educação para atendimento primário em saúde. Ou seja, as equipes da Estratégia de Saúde da Família que têm demanda de ampliação, têm demanda para serem completadas, para completar serviços, que têm uma demanda represada enorme, o que faz com que acabe caindo no atendimento da urgência dos hospitais, porque não tem Atenção Básica... Então, atenção em saúde primária é essencial para o funcionamento de todo o circuito da saúde...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero encaminhar favoravelmente ao Bloco 3. No Bloco 2, nós tínhamos uma emenda do Postão da Bom Jesus, que eu acho que é importante, estão aqui os companheiros municipários que sabem como é importante que a gente valorize os nossos prontos atendimentos. Nas emendas apresentadas, busca-se corrigir uma distorção, como eu falava, que veio no orçamento para 2017: os 136 milhões que faltam. Mesmo se todas as emendas da Ver.ª Sofia Cavedon fossem aprovadas com relação à saúde pública, ainda ficaríamos com um déficit de mais de 130 milhões. Então, é uma correção pequena, e alguém pode pensar que 6 milhões é muito, mas é uma correção absolutamente pequena em relação ao tamanho da perda financeira para a saúde. Aqui nós não estamos nem mensurando o impacto da PEC nº 55/16, que começa a vigorar, a partir de 2018, para a saúde, caso seja aprovada no Congresso na semana que vem. Se fosse aplicada de 2004 a 2014, seria uma perda de mais de 300 bilhões no orçamento da saúde pública. Nós estamos falando de coisas muito sérias, e eu acho que é fundamental que se faça esse debate e que os Vereadores acompanhem os argumentos que estão sendo trazidos à tribuna. Atenção primária é o que garante que muitas pessoas não vão à emergência, que garante o atendimento em saúde para a população mais pobre, que garante mais estrutura nas nossas Unidades Básicas de Saúde, que garante programas fundamentais, como o Programa Saúde da Família; a atenção primária é fundamental. Todas as semanas, nós vimos que uma emergência está afogada, como os jornais dizem, portanto, congelam ou param de fazer atendimento. Quantas vezes nós já ouvimos que o Clínicas fechou as portas das emergências? Tem o problema da falta de leitos, mas tem o problema da falta de estrutura na saúde básica, lá na atenção primária, que poderia fazer com que a pessoa não se deslocasse com o seu filho, não fosse, às vezes, com uma febre, com uma virose,

até a emergência. Melhor para a mãe, para o pai, para a família, melhor para a emergência! Então, investir em atenção primária é racionalização de recursos públicos. Investir em atenção primária é assegurar que a porta de entrada esteja garantida.

Quando nós falamos de saúde mental, eu quero lembrar a vocês que nós fizemos dezenas de audiências na Comissão de Direitos Humanos sobre a rede de atenção psicossocial necessária, para aumentar os CAPSs AD, os Centros de Atenção Psicossocial em Porto Alegre, especialmente no caso de álcool e drogas. Muitos falam do aumento da dependência do *crack*, um problema brutal, um problema gravíssimo, e nós precisamos dessa rede, que é uma rede estruturada. Claro, é saúde mental, mas também entram os CAPS dentro da rubrica da saúde mental. Eu estive, junto com o Presidente do Simers, Dr. Paulo Argolo, visitando o Postão do IAPI, que tem internação psiquiátrica. Estava superlotado. Tem capacidade para 20 pessoas e tinha mais de 30, tinha paciente dormindo em poltrona. No outro que ele tinha ido sem a nossa presença, acho que com o Ver. Dr. Goulart, tinha pessoas no chão. Quando a gente bota investimento em saúde mental, a gente está pedindo que mais recursos do orçamento sejam destinados para garantir essa estrutura, um aumento de leitos, para que haja um investimento efetivo e para que haja um atendimento pleno em saúde, ou, pelo menos, para que se busque esse atendimento pleno em saúde. Não adianta, depois, ficar tentando enxugar as consequências, e não ir lá atacar as causas com uma rede estruturada, com assistentes sociais, com psicólogos, com médicos, com a estrutura necessária para garantir que haja essa política adequada.

Eu quero encaminhar, Ver.ª Sofia, dizendo que a senhora pode contar com o meu voto, com o voto do Ver. Prof. Alex, esperando que outros Vereadores votem conosco. Acho que este tema da saúde é uma das grandes preocupações do futuro e do presente da nossa população. E, com o orçamento de 2017, será uma catástrofe na saúde pública. Nós podemos corrigir um pouquinho, R$ 6 milhões, um pouquinho, mas um pouquinho faz diferença. Nós votaremos pela diferença, não pela calamidade na saúde pública municipal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

A SRA. JUSSARA CONY: Eu quero, antes de mais nada, Sr. Presidente, conclamar os Vereadores e as Vereadoras para a natureza dessas emendas. Nós contamos, a tarde inteira, com a presença do Secretário Municipal da Saúde, Fernando Ritter, que tem sido um secretário muito pró-ativo na busca de investimentos em saúde, e também pró-ativo no sentido de ver como investe com o pouco que tem, como garante saúde para Porto Alegre. Está aqui a Mirtha, que é presidente do nosso Conselho Municipal de Saúde, que, junto com os movimentos, como o SOS SUS, está fazendo um processo, na cidade de Porto Alegre, de enfrentamento do congelamento, por 20

anos, pela PEC nº 241, do repasse da União para os Municípios. Essas emendas são, sob o ponto de vista de investimento, o contraponto a esse congelamento. Por isso fizemos um esforço conjunto no sentido de elas entrarem no Bloco A. Chamo atenção dos Vereadores da área da saúde, chamo atenção do Janta, que tem todo um processo junto com a nossa área da saúde; da nossa Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Ver.ª Lourdes; dos ex-presidentes da Comissão de Saúde, como os Vers. Mauro, Dr. Thiago e Cleiton; do Ver. Tarciso, que sempre está presente nesses momentos importantes. Estou citando alguns Vereadores, além das Bancadas, que já encaminharam, como o PT e o PSOL. Investir em atenção primária em saúde é estratégico sob o ponto de vista da saúde integral, uma saúde integrada e integradora, é a porta de entrada. Quanto mais investirmos em atenção primária em saúde, menos gasto teremos, e mais ganho sob a ótica da vida das pessoas, porque a atenção primária é aquele conceito de saúde que diz sobre o espaço das pessoas, porque saúde não é uma coisa isolada do processo de desenvolvimento, não é uma coisa isolada do saneamento, não é algo isolado do meio ambiente, não é algo isolado de uma reforma urbana estratégica e necessária. Isso porque uma pessoa que não tem casa, que não tem saneamento, que não tem condições dignas de vida tem o seu potencial de adoecimento muito maior do que aqueles que têm condições.

Aumentam os agravos em saúde mental pelo tipo de sociedade em que vivemos, pelo momento que estamos vivendo sob todos os aspectos – políticos, sociais, econômicos, culturais. Investir em saúde mental não é encerrar as pessoas dentro de um hospital psiquiátrico, mas é a sociedade interagir com essas pessoas através dos CAPS; não é criminalizar aqueles dependentes de drogas com agravos de saúde mental, porque a saúde mental é também consequência do tipo de sociedade em que nós vivemos. O SAMU, então, nem se fala! O significado do SAMU é salvar vidas. Porto Alegre é a cidade que lançou o SAMU para o Brasil. Esta Cidade lançou o SAMU! Foi aqui, na cidade de Porto Alegre, nos governos da Frente Popular. O SAMU, hoje, é uma política nacional graças a essa intervenção do Município de Porto Alegre para o Brasil e para o mundo. São conceitos e são espaços de conquista que nós temos que preservar. Os trabalhadores de saúde sabem o que isso significa. Então, eu estou chamando atenção para que a gente possa ser um contraponto ao congelamento da PEC 241. Os Municípios vão ser os mais atacados por esse congelamento durante 20 anos, portanto, nós temos que buscar investir mais. Essas três emendas são sobre isso, senhores, não é tirar daqui para botar ali, é investir na saúde como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento, para a garantia dos direitos dos trabalhadores e para a vida das pessoas. Estamos pedindo aos nossos Pares que aprovem essas emendas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu vou fazer, Ver. Pujol, com a sua autorização, algumas observações. A primeira se trata de uma situação que eu até estava perguntando para o Secretário, deixa o público de casa entender. Esse orçamento veio do Executivo, e o Secretário está aqui solicitando as emendas. Primeiro, eu acho que isso deveria ter sido construído de outra forma, Ver.ª Sofia. Se V. Exa. tivesse construído de forma mais inclusiva, com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com a Comissão de Direitos Humanos, eu acho que teria mais chance de prosperar.

(Aparte antirregimental da Ver.ª Sofia Cavedon.)

O SR. DR. THIAGO: Não. Não foi construído, Vereadora. Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e fiquei sabendo da sua emenda na semana passada, então eu faço esse reparo. O segundo reparo, aproveitando a presença do Secretário: quero perguntar sobre as outras emendas de minha autoria ao orçamento. Até agora não vi o resultado sobre elas. E foram 13 emendas bem claras! Uma sobre recurso para finalização da obra do HPS, uma obra específica; outra para o centro obstétrico do Hospital Presidente Vargas; e outra para o planejamento familiar, para ter remédio, DIU e implante. Pena que o Ver. Dr. Goulart não esteja aqui, porque isso não se quer só para as pacientes HIV positivas, como, por exemplo, o material, que elas possam usar método anticoncepcional de alta tecnologia. Isso se quer para toda a Cidade, para todas as pacientes. Isso já foi possível fazer na primeira gestão Fogaça, com o Dr. Pedro como Secretário.

Quero também questionar sobre as outras emendas, porque elas acabaram não redundando na atividade fim, na situação fim, que é a liberação dessas emendas. O centro de planejamento familiar do Presidente Vargas, por exemplo, está sem material para se trabalhar, está sem implante, sem DIU. Por que não foi para lá? No centro obstétrico do Hospital Presidente Vargas, tivemos problemas no outro ano. Tínhamos acúmulo de material anatomopatológico. Por que não foi utilizado esse recurso? A gente sabe que tem mais recurso que pode ser destinado para lá, tem até emenda parlamentar de Deputado Federal para o Hospital Presidente Vargas. Com relação às emendas, quero dizer que vou votar favoravelmente, mas quero dizer também que essas considerações precisam ser feitas.

É importante que pensemos numa saúde mental que também preveja internação, porque os pacientes, às vezes, precisam disso, e não é um crime internar as pessoas. Nós não podemos ser tão sectários de achar que isso não precisa. Paciente usuário de *crack* que está correndo risco de vida ou está ameaçando alguém de morte tem que ser internado. Precisamos prever isso, não pode ser só para o CAPS!

A questão do SAMU precisa ser repensada, nós não podemos ter um número mínimo de carros trabalhando, nós temos um tempo de resposta que exacerba os 30 minutos, e isso realmente precisa ser repensado.

Com relação aos PSFs, Ver.ª Sofia, eu acredito que a saúde pública e básica tem que ser tratada da mesma forma que a secundária e a terciária. Por isso nós

precisamos ter, na Atenção Básica, médicos com diploma revalidado, médicos concursados, de preferência, do Município de Porto Alegre, e não um programa passageiro que não traz segurança no atendimento das pessoas, seja porque esses profissionais não vão permanecer aqui, seja...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezados colegas, Vereadores e Vereadoras, trabalhadores da saúde aqui presentes, Conselho Municipal de Saúde, ouvintes da cidade de Porto Alegre; Ver.ª Jussara e Ver.ª Sofia, certamente estas emendas serão aprovadas por unanimidade aqui, porque o orçamento de 2017, que apresenta um aumento em seu todo, apresenta uma redução no tema da saúde de R$ 52 milhões. O orçamento da saúde veio para a Câmara menor do que em 2016. Quais são as principais reclamações que nós ouvimos em toda a Cidade? Segurança e saúde. Portanto não tem como qualquer um dos Vereadores aqui hoje votar contrariamente a essas emendas. Não tem como! E quais são as principais reclamações colocadas? Se formos ao Postão da Cruzeiro, veremos que ele precisa urgentemente, prezado Secretário, de uma reestruturação, uma qualificação, os equipamentos precisam ser ali colocados. Isso está dentro da rubrica da saúde mental, uma parte dela é saúde mental. O Ver. Dr. Thiago falou há pouco que os drogaditos, que, muitas vezes, não têm como enfrentar, na sua maioria, caem ali no Postão.

O que está sendo proposto aqui? O Governo propôs para a saúde dos CAPS menos 14%. Ele está retirando, em relação ao orçamento do ano passado, que foi de R$ 14,6 milhões – no orçamento de 2017, estão R$ 12,5 milhões –, R$ 2,07 milhões. O que a emenda propõe? A emenda propõe um aumento de R$ 1,87 milhão. Não chega ao que foi cortado, mas já ajuda.

O SAMU, esse belo serviço nacional implantado no primeiro Governo do Lula, precisa ser calibrado e qualificado em todas as gestões. A gestão mandou o orçamento retirando do SAMU R$ 4 milhões. O SAMU precisa, e isso é defendido por todos aqui nesta tribuna, Vereadores e Vereadoras que vieram falar da saúde sempre defenderam a ampliação do SAMU. Todos! Não tem nenhum dos senhores e nenhuma das senhoras presentes que não tenha feito isso. Agora é a hora de nós apontarmos e recalibrarmos isso. A emenda do SAMU apresenta uma reconsideração de R$ 2 milhões, ainda não são os R$ 4 milhões que foram cortados. Mas auxilia? Auxilia. Ajuda? Ajuda. O que está faltando no SAMU? Estão faltando funcionários, motoristas, equipamentos, desde veículos até os equipamentos estruturais das próprias ambulâncias, tudo precisa ser reposto. Nem todas as ambulâncias têm aquele equipamento de ponta

que tem toda a estrutura. É pedido da população a ampliação disso; não só pela população, mas pelos técnicos que estão aqui também. O Conselho Municipal de Saúde pede a ampliação do SAMU, a qualificação dos equipamentos, a potencialização da rede, mais funcionários para poder cumprir os plantões e assim por diante. Então, é fácil defender essas duas emendas e votá-las. Eu acredito que as aprovaremos por unanimidade. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Clàudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das Emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

O SR. CLÀUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; durante a campanha eleitoral, todos os candidatos a Prefeito de Porto Alegre falaram na questão da saúde. Todos os candidatos a Prefeito de Porto Alegre disseram que iam dar à população de Porto Alegre atendimento à saúde até as 22h; alguns, com um pouquinho de audácia, disseram que iam dar até as 24h, alguns – 8, 10, 17 postos de saúde. Então a saúde tem de ser prioridade, isso foi uma das pautas da eleição juntamente com a segurança pública.

E tem uma outra lei, aprovada nesta Casa, que alterou a Constituição do Município de Porto Alegre e determina que, gradativamente, o atendimento à saúde deverá ser 24 horas nas regiões em que isso não é permitido, nas regiões onde as pessoas não têm esse acesso.

Sobre o dinheiro. Vejam bem, lá no início da Sessão, eu falei da incompetência do Governo, que não se planeja, que não faz que nem os trabalhadores fazem. O trabalhador planeja a sua vida. Se ele tirou lá no banco a antecipação do 13º salário, ele sabe que, no final do ano, ele terá somente, se o seu sindicato conseguir, o reajuste do seu salário para receber, porque ele o retirou antecipadamente. Este Governo não se planeja, este Governo privatizou a orla do Gasômetro e não incluiu nisso a recuperação da Usina. E este Governo quer tirar exatamente o que tem essa emenda, R$ 6.265.055,00 para arrumar a Usina do Gasômetro, a última emenda do Orçamento pedindo às pressas para o relator Ferronato, por este Governo, para que ele incluísse como emenda de relator para aprovar. Está aí o dinheiro! Que a PPP arrume o Gasômetro, que esse dinheiro vá para a saúde! Estão arrumando toda orla do Guaíba numa Parceria Público-Privada. Na maquete está lindo, maravilhoso, bonito, sensacional. Então, que essa Parceria Público-Privada arrume a Usina do Gasômetro, que fará parte desse complexo. E teremos, bem na Usina do Gasômetro, um restaurante, acho que giratório até, porque ele é redondo. Haverá uma marina, barcos, isso e aquilo. O Ver. Airto Ferronato cumpriu o seu papel: o Governo pediu que ele incluísse a emenda, e o Ver. Ferronato a incluiu, cumpriu seu papel. Agora, cabe ao Governo retirar essa emenda e passar esses R$ 6 milhões para a saúde, porque todos fizeram campanha falando em saúde. Todos! O atual e o futuro Governo, e a saúde é prioridade

das pessoas. Todos os credos – do budismo ao batuque, da igreja católica à umbanda, à quimbanda, a igreja evangélica –, todos os cultos veneram a vida, e a vida inicia na saúde quando a gente nasce, a vida inicia lá na maternidade e termina no hospital. Ela vai por toda a vida da gente, e aí, no meio do caminho, tem a segurança pública, mas a prioridade de todos os Governos é a saúde, eles fizeram campanha. A minha proposta é de que se retire a Emenda nº 119 e se aprove este bloco de emendas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco C das emendas destacadas ao PLE nº 025/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, eu já disse, primeiro, que tenho tido a oportunidade e até a satisfação de ser Relator-Geral desta matéria, que sempre é bastante polêmica. Como vimos, são 119 emendas mais algumas subemendas que também apresentei. Eu acho que precisamos fazer aqui uma referência ao nosso Paulo Ortega, do meu gabinete, porque, com a sua competência, trabalhou conosco nesse período todo fazendo contas. É preciso fazer contas. Toda vez que eu colocar recursos numa rubrica eu tenho que tirar de outra. E é preciso também compreender que nós estamos num ano final de uma legislatura, e o Governo que assumirá terá possibilidade de mudar. Essas mudanças podem acontecer lá em janeiro, fevereiro ou março: alterar rubricas, tirar de um lado e colocar de outro e mandar para a Câmara para que os Vereadores aprovem ou não. Portanto, nós não estamos aqui num fim pragmático e matemático, de que o que aprovarmos estará aprovado. Nós temos a possibilidade de modificações a partir de janeiro do ano que vem. E a questão dessas três emendas, eu recebi o pessoal da saúde também falando sobre isso, são R$ 6 milhões. Disseram-nos que a deficiência, a redução de valores para a saúde giraria em pouco mais do que R$ 130 milhões. Esta é a diferença trazida pelo pessoal da saúde, sobre o que existia no ano passado e o que existe neste ano. Ora, se nós temos essa dificuldade, essa diferença tão significativa, não seriam os R$ 6 milhões a questão.

Meus caros Vereadores, senhoras e senhores, todas as três emendas propõem a retirada de verbas da conservação de vias públicas, vias urbanas. Portanto, nós estamos com a seguinte questão, e para mim aqui não tem nenhum problema: se votarmos as três emendas, nós aprovamos recursos para essas três propostas apresentadas – SAMU, saúde mental e saúde primária – e retiraríamos as verbas da conservação de vias urbanas. Nenhuma inconveniência nisso, basta o plenário se manifestar, porque, de minha parte, nenhum problema. O problema é que nós temos uma dificuldade bem maior na área da saúde do que esses R$ 6 milhões, segundo informação do próprio pessoal da saúde.

Voltando a repetir, para encerrar, em janeiro de 2017, já se poderia pensar numa modificação de recursos proposta pelo novo Prefeito de Porto Alegre.

É isso que eu queria registrar e dizer que, como relator, que tenho sido há anos, sei que sempre causa, meu caro Presidente, algumas resistências certas. Só que a nossa conta é matemática. Se nós retirarmos verbas a mais do que tem numa rubrica ou a mais do que aquilo que determina a lei, nós causamos problemas jurídicos. Quando o problema é a questão política, decidimos no plenário. Aquele abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.ª Sofia Cavedon, o Bloco C das emendas destacadas ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.). **APROVADO** por 16 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 22, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLE nº 025/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezados colegas Vereadores e Vereadoras, voltamos aqui com o tema do orçamento e da importância do orçamento da discussão da Cidade.

A cidade de Porto Alegre, no que diz respeito à mobilidade urbana, vem sofrendo um colapso. E parte desse colapso se deve à falta de planejamento e investimento urbano.

Nós apresentamos aqui um conjunto de emendas, e temos apresentado, e muitas vezes aprovado até, emendas aqui neste plenário, e nunca foram executadas, desde 2005; essas emendas dizem respeito à duplicação de algumas vias na Cidade. Quando eu falo em duplicação significa reestruturação dessas vias. Obviamente que tem que ter calçada, ciclovia, a reorganização dessas vias estruturadoras. E nós estamos falando aqui, nada mais, nada menos, por exemplo, da Av. Coronel Marcos. A estrutura viária urbana da Coronel Marcos é uma vergonha – Ver. Paulinho Motorista e outros que, como eu, passam todos os dias em direção à Zona Sul. A Av. Edgar Pires de Castro, que leva do entroncamento da Av. Juca Batista até a Restinga, Ver. Prof. Alex Fraga, e ali foi criado todo um eixo de desenvolvimento urbano e comercial e o Governo não teve a capacidade de canalizar as contrapartidas daquela região para poder reestruturar aquela via, que é um caos no trânsito. A Av. Oscar Pereira ou a Av. Vicente Monteggia, que todos os secretários que passaram pela SMOV nos últimos anos vieram a esta tribuna dizer “isso estará resolvido até o final da gestão”.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Zacher.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Ver. Mauro Zacher, o senhor foi secretário, e não adianta liberar o dinheiro, porque o dinheiro ficou parado na Caixa Econômica Federal porque vocês não tiveram capacidade de apresentar os projetos e liberar o

recurso. Das 17 obras da Copa, fizeram só quatro, as outras 13 estão paradas. É por falta de dinheiro? Não, não é; é por falta de gestão de projeto. E esse debate, sempre fizemos aqui com a SMOV, respeitosamente, dizendo que está equivocado o formato de gestão e planejamento do Executivo Municipal. Aqui está um conjunto de técnicos, engenheiros, arquitetos e biólogos... Pergunta se esses técnicos – Alexandre, você que esteve ali na SMOV – que se esforçam foram valorizados dentro da estrutura. Não, não foram. Mas montaram umas equipes, uma elite em volta do Urbano Schmitt para planejar e liberar os recursos; essa elite ganha três vezes mais, e o dinheiro está todo trancado na Caixa Econômica Federal – queremos debater isso. Essas propostas aqui, inclusive, foram apresentadas por mim, mas já foram apresentadas pelo Ver. João Carlos Nedel, pelo Ver. Ferronato, pelo Ver. Pujol e outros, muitos outros que estão aqui. Entre essas, incluo, Ver. Cecchim, o acesso norte do Porto Seco, que é outro eixo estruturador que há dez anos debatemos aqui, quando são aprovadas emendas, é prometido de um ano para o outro, e elas ficam. E todos nós sabemos que projeto de mobilidade urbana não é uma emenda que resolve; uma emenda é para provocar o debate, mas tem que ser pensada, Ver. Valter, em médio e longo prazo. Nós queremos e gostaríamos muito de poder discutir as compensações dos grandes empreendimentos para se criar fundos de investimentos regionais que possam trazer soluções para o sistema viário. Essa Emenda nº 22 é da duplicação da Av. Edgar Pires de Castro, mas tem as de nº 23, 24, 25, que é da Av. Vicente Monteggia, da Av. Oscar Pereira, do acesso norte do Porto Seco. Eu, com muita tranquilidade, trago esse tema aqui, porque é um tema da Cidade e esse tema tem...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 22, destacada, ao PLE nº 025/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, entre tantas discordâncias que eu tenho sempre com o Ver. Engº Comassetto, pelo menos neste tema, ante a realidade que se descortina, eu sou obrigado a concordar e frente à minha própria experiência também. Eu só vou dar um exemplo para ilustrar isso para vocês.

Esta semana, eu fui procurado por um empreendedor do Paraná que deseja investir em Porto Alegre e é dono de áreas aqui e uma, em especial, ali passando a Ceasa, entre a Ceasa e a Av. Assis Brasil, isso que constitui um dos últimos vazios urbanos da Cidade, na área onde está previsto o prolongamento da Antenor Ferrari, que vai ligar a BR-116 a Av. Assis Brasil. Aquilo é área da sucessão da antiga família Landell e ficou aquela área lá. Pois esse empreendedor, Ver. Mendes Ribeiro, deseja fazer o loteamento, que é um direito dele – a área é dele e ele pede licença à Prefeitura.

A Prefeitura condiciona que ele faça o investimento, se ele fizer uma casa de bombas. Ele vai investir R$ 20 milhões, e a casa de bombas que o DEP apresentou para ele custa R$ 35 milhões; ele, para investir 20, tem que botar 35. Aí é óbvio que ele disse o seguinte: "A infraestrutura é obrigação da Cidade, não é minha. Eu vou gerar emprego, vou gerar ISS, vou gerar desenvolvimento e ia investir 20 milhões aqui. Se vocês não querem que eu invista os 20 milhões em Porto Alegre, eu não invisto. Eu vou investir em Alvorada, vou investir em Cachoeirinha, vou investir no Paraná, vou investir em qualquer lugar, não aqui". É isso no que nós nos transformamos e depois nós estamos discutindo aqui, porque não tem dinheiro para pagar a folha do funcionalismo. É obvio que eu gostaria, Ver. Engº Comassetto, e isso faz parte da reestruturação do sistema municipal de gestão e planejamento a partir do Plano Diretor, mas isso nunca foi feito. E o urbanismo, que era o antigo planejamento da Cidade, desde a época do seu Governo, passando pelo nosso, portanto um mea-culpa de todos, ele vem sendo destruído, desestruturado. Nós criamos primeiro o que estava dentro do urbanismo, a Secretaria do Meio Ambiente. Por exemplo, em Fortaleza, o licenciamento é unificado: meio ambiente e urbanismo. Depois nós criamos a EPTC, se tirou mais um pedaço. Depois o Burmeister, que foi Secretário do PT, tirou o Epahc lá de dentro e colocou na Secretaria da Cultura. Mais recentemente, a PGM foi lá para dentro, e tudo tem que passar por ela para parecer, o que leva, no mínimo, um ou dois meses; depois foi a Fazenda, que levou os índices construtivos; depois, como cereja do bolo, veio o EdificaPOA: tiraram as comissões, levaram para o EdificaPOA e criaram um secretário só para as comissões. Então, isso foi a desestruturação do sistema municipal de planejamento urbano, que deveria cuidar do Plano Diretor, que deveria cuidar das praças, que deveria cuidar das contrapartidas, que deveria responder com agilidade quando um empreendimento vem para cá. E não vamos nos iludir nessa cantilena da extrema esquerda aqui de que tudo se resolve nas contrapartidas dos empresários, porque não é assim. Se o cara quiser investir aqui, Jussara, e pedirem tanto para ele que acabe não sendo possível, ele vai levar o dinheiro para outro lugar em que ele possa investir. Portanto, mesmo as contrapartidas, em que as grandes obras têm ensejado muitas melhorias urbanas, têm limite, têm o limite do negócio do cara! Isso é uma lógica que precisa ser compreendida. As ciclovias da Av. Ipiranga estão acontecendo mediante essas contrapartidas, determinadas ruas, determinadas praças estão sendo reformadas mediante essas contrapartidas, mas não se pode querer colocar nas costas do privado todas as melhorias de infraestrutura urbana, e a Cidade cada vez mais encolher seu orçamento.

Então, de tudo isso que ele pode ter tido razão, duas coisas restam. A primeira: nós temos uma desestruturação completa do sistema municipal de planejamento e gestão urbana – essa é uma questão. A segunda: infelizmente, por mais que vocês discutam aqui, não vai ter dinheiro no orçamento do ano que vem para fazer isso que está sendo colocado aqui. Quisera eu que a Av. Cel. Marcos tivesse também acostamento, que tivesse espaço para caminhada, é uma vergonha uma via importante da Cidade estar daquele jeito, e as outras todas, mas, infelizmente, nós estamos discutindo aqui uma ficção, porque do jeito que, nos últimos quatro anos, a Caixa, do

Ver. Comassetto, segurou o dinheiro, e Porto Alegre teve que tirar todo o dinheiro do DMAE para antecipar para as obras porque a Caixa não liberava, nós vamos imaginar que agora, no ano que vem, a Caixa vai se compadecer e vai liberar? Vai continuar não liberando e, pior ainda: nós não temos, do privado, de onde tirar recurso de impostos para fazer esse investimento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, a Emenda nº 22, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 31, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 20 votos **SIM**, 03 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO.**

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 32, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Zacher, a Emenda nº 35, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 16 votos **SIM**, 06 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO.**

Em votação a Emenda nº 53, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 53, destacada, ao PLE nº 025/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, esta emenda é muito singela, muito simples. Justifico aqui: Porto Alegre hoje tem 70 comunidades com reintegração de posse, entre elas lá na Lomba do Pinheiro, a Vila Mapa, uma comunidade que ocupa parte da área da Prefeitura e parte de uma área devoluta que tem que fazer o planejamento de sua área, sua estruturação. Nós apresentamos aqui, igual à emenda anterior, R$ 500 mil, para que essa comunidade, em torno de cem famílias, que nós, na CUTHAB, a recebemos várias vezes, consiga fazer a negociação e o Poder Público entre com recurso de contrapartida.

Aí me perguntam de onde vamos tirar o dinheiro. A conta é muito simples, Ver. Kevin Krieger. O Prefeito que venceu as eleições disse que vai diminuir 30% dos CCs. A Prefeitura de Porto Alegre tem mil CCs, 30% de mil são 300; 300 CCs ganhando em média R$ 12 mil por mês – a exemplo da Carris, aquele penduricalho que tem lá com todos os custos para o Poder Público, e mais, CCs não são só salário, quando ganha R$ 6 mil, custa o dobro para o Município; isso dá R$ 3,6 milhões por mês, vezes 13 meses – porque tem o 13º – dá em torno de R$ 40 milhões a R$ 45 milhões! Bom, nós estamos aqui sendo propósitos para a Cidade, principalmente com seus conflitos, e dizendo que podemos apresentar soluções para ajudar a resolver um dos calcanhares de Aquiles da Cidade, que é a falta de política de regularização

fundiária. Nós estamos propondo aqui um valor igual ao que aprovamos anteriormente da emenda do Ver. Cleiton, que é de R$ 500 mil para essa finalidade. Poderá faltar dinheiro para os servidores; se tirar os 50 CCs que estão lá afundando a Carris, se as 37 secretarias que existem hoje, pois o Município pode funcionar com 25... Há pouco veio o Ver. Valter Nagelstein, que foi Líder do Governo e secretário e é presidente do partido do Vice-Prefeito – e hoje estou preocupado, Valter, porque estamos convergindo bastante –, e, em sua fala anterior, não é nenhuma falácia, fez uma autocrítica do número de secretarias criadas excessivamente. Talvez essa autocrítica seja um pouco tardia, pois perdeu o Governo, estão saindo dos cargos, não precisam mais – mas fez. Antes tarde do que mais tarde, como se dizia na política, e nada melhor, Ver. Pujol, do que o Parlamento. Quando se debate no Parlamento, se converge e se diverge. Então, hoje tenho muitas convergências com o Valter no debate que estamos fazendo.

Portanto, eu quero trazer esse tema de regularização fundiária, no caso específico dessa comunidade, que está com uma decisão de reintegração de posse. São 94 famílias, é preciso fazer a negociação dessa área. É permitido por lei, na lei do Minha Casa, Minha Vida, diz que o Município pode entrar com contrapartida. Quinhentos mil reais não é nada. Ver. Lourdes, Ver. João Bosco Vaz, o senhor que está me auxiliando muito aqui no debate: R$ 500 mil é o que a Prefeitura gasta com caminhões, com estrutura e com o depósito dos equipamentos para fazer uma reintegração, um despejo. É o que gasta, e, com esse valor, pode ser feita uma negociação da área em juízo, está protegido por lei...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 53, destacada, ao PLE nº 025/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu estou muito preocupado, porque a faculdade lá de Bagé, a nossa querida Funba, que formou o Engº Comassetto, onde me conheceu...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Pois é, mas eu fiquei preocupado que, lá na faculdade de engenharia agronômica, não ensinam a fazer conta. O homem não aprendeu a fazer conta! Ver. Comassetto, eu sou advogado, mas eu posso ajudar o senhor a fazer conta!

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É, tem que saber quantos quilos de batata, quanto de fosfato vai, quantos quilos de calcário corrige uma terra, essas coisas todas. Eu imagino que se tenha que fazer conta para isso. Dizer que a média dos CCs do Município é de R$ 12mil... Olha, só se não se souber o que é média. Ele pegou um desvio, que é um lugar em que pode existir algum CC que ganhe mais...

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não, desvio é com o seu partido! Está lá o desvio da Papuda. Vinha pela estrada, tomou a direita e foi todo mundo parar na Papuda. Enfim, pegou um desvio e tomou como média. Eu vou lhe dizer o seguinte e até em homenagem aos CCs do PT, que são bons trabalhadores, dedicados: a Prefeitura funciona bem – eu já disse a semana passada –, em grande parte, graças a esses trabalhadores que, no mais da vezes, são desprotegidos. A mulher CC, Cony, grávida, pode ser demitida *ad nutum*. Eu não concordo com esse negócio de ficar demonizando CC! Na época do PT, tinha 980 CCs; hoje tem 1.080, cresceu cem, para botar nos CARs. Eu até sou favorável a que cortem linearmente 30%. Acho que em alguns casos pode até cortar mais, não tenho a menor dúvida disso. Outra coisa falaciosa é falar que fui secretário – com muito orgulho fui, porque tenho preparo para ser –, mas o chefe da Administração é o Prefeito. É o Prefeito que decide se vai abrir uma secretaria a mais, se vai abrir uma secretaria a menos, se vai botar cargo aqui ou acolá... Não é o secretário! Eu era secretário da SMIC, sucedi o Ver. Cecchim que fez um grande trabalho, e por mim seria uma secretaria engrandecida, vitamina, bombada nas suas possibilidades de ser uma Secretaria de Desenvolvimento. Pois o Prefeito adotou uma alternativa, ele criou a Secretaria do Trabalho, ele criou o Gades, todos com status de secretaria. Foi uma opção e não foi do Valter, foi do Prefeito, que eu servi com muita lealdade no período em que servi, mas não posso ser desonesto intelectualmente de concordar com os equívocos da Administração. Agora, de novo, não está aqui o furo da bala, Ver. Comassetto. Isso é fazer uma política panfletária, de dizer que tudo vai se resolver se nós cortarmos os CCs da Administração. Olha, Ver.ª Fernanda, por mais discordâncias que nós tenhamos, eu vou dizer o seguinte: corta todos os CCs da Carris amanhã; semana que vem os ônibus não operam. Os CCs têm sido fundamentais para o bom andamento da máquina pública. Volto a dizer, nós podemos diminuir. Agora, vou dizer mais para vocês: CC de nível médio na Prefeitura não ganha R$ 2 mil, nós temos dificuldade, até porque tem há uma diferença. E os CCs de nível superior, o que ganha mais, não ganha R$ 7 mil, ganha R$ 6.800,00. O CC5 ganha cinco mil e poucos reais; o CC6 ganha quase R$ 6 mil, e o outro ganha R$ 200,00 a mais! Então, não existe essa história de CC estar ganhando R$ 12 mil nem aqui nem no País das Maravilhas que ele está pintando! E tampouco desvio, numa curva de uma determinada empresa pública em que alguém ganhe mais, isso faz média; isso não faz média. Então, resolver o problema da Administração é uma profunda reengenharia. Agora, dos equívocos que nós comentamos e que agora estão aqui subindo para falar das 37 secretarias, talvez tenham sido inspiradas no governo do PT, que criou 39 Ministérios da República – tinha

Ministério para Pesca, Ministério para isso, Ministério para aquilo, para aquele outro. A partir do exemplo que vem de cima, o mau exemplo, infelizmente, prospera. Eu não desejaria 37, 38, 39 secretarias, acho que é demais; acho que tem que ter 15, 18, 20 no máximo, todas elas com infraestrutura valorizada, com servidores valorizados. Aí, sim, vamos começar a retomar a Cidade que é necessária. E quero desejar que o Ver. Comassetto volte para os bancos escolares, porque certamente rodou na cadeira de cálculo e de estatística. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 53, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM**, 13 votos **NÃO** e 04 **ABSTENÇÕES.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Zacher, a Emenda nº 102, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 13 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, quero fazer minha Declaração de Voto, que depois farei por escrito. Votei "sim" porque aumenta o contingenciamento, e isso permite que a nossa emenda que está sendo aprovada aqui, que disseram que não tinha solução, agora tem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 109, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 109, destacada, ao PLE nº 025/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em alguns momentos a gente brinca para relaxar no plenário, mas eu quero celebrar; eu acho que nós fizemos aqui, pela primeira vez nos últimos quatro anos, construções suprapartidárias em funções de temas, e acho que isso é salutar, é louvável. Então, quero, em primeiro lugar, agradecer pelas emendas do Conselho Municipal de Saúde que foram aprovadas aqui com esse caráter.

Essa outra emenda é do Sindicato dos Municipários, e quero dizer que estou assinando por uma contingência, porque era sexta-feira o último dia, a assessoria trouxe aqui aos Vereadores para assinar no último horário, Dr. Thiago, porque isso aconteceu também com a saúde, e não havia Vereadores aqui, e não foi possível ampliar as assinaturas. No entanto, é uma emenda do Simpa, do Sindicato dos Municipários, e não da Ver.ª Sofia. Eu quero deixar bem claro isso e explicá-la. O que aconteceu este ano na greve dos municipários? Os municipários receberam apenas a segunda parcela da inflação, a conta que foi feita pela assessoria do DIEESE para os municipários e municipárias dá conta que, com esse parcelamento da inflação, corresponde a receber, em um dos meses do ano, 60% do salário em função da recomposição da inflação que

ainda é parcial, que será agora em janeiro a última parcela de em torno de 1% ou de 2%. Portanto nós também, em seguida, queremos votar a indicação do IPTU, porque é muito importante que a Prefeitura busque recursos para honrar os compromissos da greve do ano passado. Essa emenda indica, no texto da Lei do Orçamento, que, para atender os reajustes e demais despesas de pessoal e encargos sociais, segundo as leis vigentes – lembrando que há uma legislação em vigor, encaminhada pelo Prefeito Fogaça, votada – o reajuste dos municipários será anual e no montante da inflação. E é só isso que nós estamos repetindo aqui, no mínimo, a inflação, sendo que o índice de reajuste não poderá ser inferior ao IPCA de 2016. Essa é a proposta.

A segunda proposta dessa emenda é bem generosa. A categoria propôs que a publicação do edital, contendo o resultado final das progressões funcionais do biênio 2013 e 2014... Queria chamar a atenção de V. Exas., que é relativo a 2013 e 2014; portanto, será três anos depois a aplicação do plano de carreira, que é a carreira dos municipários e que nunca havia atrasado. Este ano ela saiu em agosto, depois de duas greves, para o plano de carreira ser aplicado, o que costumava ser automático; ano sim, ano não, abria a progressão funcional para os funcionários concorrerem por merecimento e por antiguidade. Agora, três anos depois, nós estamos com três anos de atraso, a Prefeitura abriu, na semana que passou; na sexta-feira, o edital foi colocado no Diário Oficial. E isso queremos louvar, porque acho que é importante que o Governo trate como política de Estado e não de Governo a carreira do funcionalismo, porque não queremos criar um precedente que é do Estado do Rio Grande do Sul, em que se congela o plano de carreira, às vezes, por dez anos. E aí entra um novo governo com a demanda do plano de carreira, mais a inflação, mais nomeação, e isso é muito ruim. É muito importante que o plano de carreira seja respeitado. E os funcionários propõem aqui que a publicação do edital seja em agosto de 2017, assim como foi, em agosto de 2016, o relativo ao ano de 2011 e 2012. Parece-me que há uma folga bem grande para que a carreira...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 109, destacada, ao PLE nº 025/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, inicialmente, quero registrar que, com satisfação, recebi na semana passada as nossas autoridades representantes da categoria dos servidores, nosso Simpa, e disse a eles aquilo que vou registrar numa síntese. A ideia na indicação da reprovação foi em razão do que diz a Constituição que, na verdade, nós precisávamos trazer essa determinação para a LDO, que ocorreu antes do nosso orçamento, de nossa aprovação de hoje. Mas a busca e a participação presente e constante do Simpa me faz dizer que é uma proposta interessante e eu sinalizo para

votar favorável à proposta, até em razão dessa discussão que se forma no plenário. Votamos isso, asseguramos com isso o limite e o pagamento também daquelas nossas progressões lá para este ano, que como diz a Ver.ª Sofia, são pagamentos feitos com três anos de atraso. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Rapidamente, queremos registrar para o Simpa que estamos aí com os municipários e que, obviamente, a bancada do PSOL vota a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 109, destacada, ao PLE nº 025/16. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** 11 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

Em votação a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 025/16 com as Emendas nº 05, nº 06, nº 07 e nº 08, Subemenda nº 01 à Emenda nº 08, Emendas nº 09 e nº 13, Subemenda nº 01 à Emenda 13, Emendas nº 14, nº 15, nº 17, nº 18, nº 19, nº 21 e nº 27, Subemenda nº 01 à Emenda nº 27, Emendas nº 28 e nº 29, Subemenda nº 01 à Emenda nº 29, Emenda nº 30, Subemenda nº 01 à Emenda nº 30, Emendas nº 33, nº 34 e nº 36, Subemenda nº 01 à Emenda nº 36, Emenda nº 37, Subemenda nº 01 à Emenda nº 37, Emenda nº 38, Subemenda nº 01 à Emenda nº 38, Emenda nº 39, Subemenda nº 01 à Emenda nº 39, Emendas nº 44 e nº 47, Subemenda nº 01 à Emenda nº 47, Emendas nº 48, nº 51, nº 52, nº 55 e nº 60, Subemenda nº 01 à Emenda nº 60, Emenda nº 61, Subemenda nº 01 à Emenda nº 61, Emenda nº 62 e nº 63, Subemenda nº 01 à Emenda nº 63 Emenda nº 64, Subemenda nº 01 à Emenda nº 64, Emenda nº 69, Subemenda nº 01 à Emenda nº 69, Emendas nº 71, nº 73 e nº 75, Subemenda nº 01 à Emenda nº 75, Emenda nº 77, Subemenda nº 01 à Emenda nº 77, Emendas nº 79, nº 81, nº 82, nº 83, nº 84, nº 85, nº 86, nº 87, nº 88, nº 89, nº 90, nº 91, nº 92, nº 93, nº 94, nº 96, nº 99, nº 100, nº 101, nº 104 e nº 108, Subemenda nº 01 à Emenda nº 108, Emendas nº 111, nº 112, nº 113, nº 114, nº 115, nº 116, nº 117, nº 118 e nº 119. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Declaração de Voto da bancada do PSOL: "Votamos a favor das emendas parlamentares que beneficiam os setores mais importantes da Cidade, principalmente a saúde, educação e os municipários, e reconhecemos os avanços que o Parlamento trouxe ao projeto globalmente. No entanto, não podemos ser favoráveis a um orçamento que diminui em R$ 130 milhões da área da saúde, que dispõe somente 0,74% do orçamento para a segurança pública, ao mesmo tempo em que, neste ano, se vangloriava de ter uma Prefeitura superavitária e agora traz informações que não conta do parcelamento do salário do funcionalismo num prejuízo de R$ 300 milhões. Além disso, historicamente, os recursos gravados nessa lei

orçamentária são remanejados ao longo do exercício, ocorrendo vários casos de contingenciamento de verbas votadas aqui. Algumas rubricas recebem inclusive suplementação ao longo dos anos e, por outro lado, algumas outras, mesmo essenciais, não são executadas sequer em R$ 1,00. Portanto, infelizmente, a lei orçamentária tem servido ao longo dos anos como uma verdadeira peça de ficção científica. Nós achamos que não ataca vários problemas que deveriam ter sido atacados, como CCs, as verbas de publicidade. Reconhecemos o avanço de várias emendas, mas, quanto ao conjunto do orçamento, nós optamos por nos manifestar contrariamente."

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que a bancada do PSOL encaminhe a Declaração de Voto por escrito.

O SR. IDENIR CECCHIM: É lamentável que o PSOL tenha aprovado as suas emendas e vote contra o orçamento, inclusive contra as suas emendas. Não há uma maneira de toda a Câmara votar contra as emendas novamente, agora, refazer as emendas? Eles não querem as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. Nº 050/16 – (Proc. nº 2616/16 – Verª Sofia Cavedon e outros) – ao Governo Municipal, que sugere a manutenção da política de antecipação do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com o devido desconto a que fazem jus os munícipes por anteciparem o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 050/16. (Pausa.) A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 050/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu apenas vou socializar um dado muito importante à guisa de encaminhamento: o desconto do IPTU do ano de 2015 para 2016, de apenas 12%, atraiu 52% dos contribuintes no início do ano. E o projeto de iniciativa do Ver. Bernardino autoriza o governo a dar até o segundo dia útil de janeiro, até 20% de desconto, e até o sétimo dia, até 15%. Vejam que apenas 12% já atraiu 52% dos contribuintes e é uma forma de colaborar com o novo governo, a retomada do incentivo ao pagamento integral.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 050/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. Bernardino Vendruscolo tem uma lei aprovada aqui que vale para este ano e que diz exatamente isto: desconto de 15% até o segundo dia do mês de janeiro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DR. THIAGO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h10min.)

*** * * * ***